

ATO CONVOCATÓRIO Nº 15/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização do estudo de atualização do quadro de demandas hídricas e atualização dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Referência: Coleta de Preços – técnica e preço – Resolução ANA nº 122/2019;

DATA: 12 de julho de 2023

HORÁRIO: 10h

LOCAL: Sede da AGEVAP

Avenida Luiz Dias Martins, 73, loja: 14 e 15, Parque Ipiranga, Resende/RJ. CEP:
27.516-245 - Edifício Alpha Center

E-mail: agevap@agevap.org.br

Caso enviada a proposta por correios ou portador, enviar o comprovante de rastreamento por e-mail, ou comunicar o envio, observado o disposto no item 4.5.6.

Sumário

1. PREÂMBULO.....	3
2. OBJETO.....	3
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	3
4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO.....	5
5. DA HABILITAÇÃO.....	7
6. DA PROPOSTA TÉCNICA.....	13
7. DA PROPOSTA DO PREÇO.....	13
8. DO PROCEDIMENTO.....	17
9. GARANTIAS.....	24
10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.....	24
11. DO RECURSO.....	25
12. DOS RECURSOS FINANCEIROS.....	26
13. DO FIRMAMENTO DO CONTRATO.....	26
14. DO PAGAMENTO.....	27
15. DAS SANÇÕES.....	28
16. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
17. RELAÇÃO DE ANEXOS.....	31

1. PREÂMBULO

1.1. A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local, acima indicados irá realizar Seleção de Propostas na modalidade Coleta de Preços, de acordo com as disposições contidas na Resolução ANA nº 122/2019, e, quando couber, a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. O critério de seleção será o de melhor Técnica e Preço, conforme descrito neste Ato Convocatório e seus Anexos.

2. OBJETO

2.1. A presente SELEÇÃO DE PROPOSTAS tem por objeto a Contratação de empresa especializada para realização do estudo de atualização do quadro de demandas hídricas e atualização dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, conforme disposições constantes no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Ato Convocatório.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta SELEÇÃO DE PROPOSTAS qualquer pessoa jurídica interessada, ou consórcios (observado o art. 33 da Lei Federal 8666/93 e Art. 18 da Resolução ANA nº 122/2019), que atenda às exigências constantes deste Ato Convocatório e seus anexos.

3.2. A aquisição deste Ato Convocatório não terá custo e poderá ser acessado através do site da AGEVAP: www.agevap.org.br ou ainda ser retirado diretamente na sede da AGEVAP, localizada na Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A), Manejo, Resende, RJ.

3.3. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas que:

- 3.3.1. Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 3.3.2. Empresa, cujo dirigente, sócio ou gerente, seja representante ou parte integrante dos comitês de bacias, de suas câmaras técnicas ou de outras organizações não governamentais, ou que mantenham vínculo empregatício, bem como grau de parentesco até terceiro grau com diretores e funcionários das agências;
- 3.3.3. Empresa declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou que tenha sofrido a penalidade de suspensão do direito de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal;
- 3.3.4. Tenham em seu quadro de prestadores de serviços, permanentes ou eventuais, profissionais que tenham participado, direta ou indiretamente, de grupos de trabalho, câmara técnicas, ou por qualquer outra forma, de discussões ou deliberações referentes ao projeto básico, critérios de habilitação, pontuação técnica ou hierarquização deste ato convocatório;
- 3.3.5. Associados ou parentes de qualquer funcionário da AGEVAP, que prestem ou componham qualquer equipe técnica que esteja prestando serviços diretos ou indiretos à AGEVAP

3.3.6. Interessados que, de alguma forma, possuam vínculo ou relação de trabalho com a AGEVAP, que possa comprometer a lisura da disputa, principalmente no que tange ao acesso às informações privilegiadas.

3.4. A Comissão de Julgamento:

3.4.1. Terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao processo seletivo, sem formada por no mínimo, 03 (três) membros, sendo pelo menos 02 (dois) deles funcionários da Agência.

3.4.2. Poderá ser assessorada técnica e juridicamente, cabendo aos assessores emitir pareceres quando solicitados por esta.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Qualquer manifestação, durante as sessões, em relação ao presente Ato Convocatório fica condicionada à apresentação de documento de identificação, instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, conforme ANEXO VI deste Ato Convocatório ou cópia do contrato social, em se tratando de sócio, dirigente ou proprietário da empresa.

4.1.1. O documento do subitem 3.1 deverá ser apresentado ao Presidente da Comissão de Julgamento para credenciamento, no momento da abertura do Ato Convocatório, indicando a participação que a empresa estará participando.

4.2.A não apresentação ou a incorreção dos documentos de que trata o subitem impedirá o representante da pessoa jurídica de se manifestar e responder por ela, inclusive quanto a eventuais recursos e, neste caso, a sua participação será aceita somente na condição de ouvinte.

4.3. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma pessoa jurídica.

4.4. As manifestações de cada pessoa jurídica em todos os procedimentos se darão através de somente 01 (um) representante. Outros representantes, porventura presentes, se manifestarão através deste, previamente credenciado pelo Presidente da Comissão de Julgamento.

4.5. Entrega e apresentação das propostas

4.5.1. Os documentos e propostas, de cada participante, serão entregues na AGEVAP, em três envelopes lacrados, “1”, “2” e “3”, por representante legal ou credenciado do interessado munido de instrumento de credenciamento em data, hora e local, estabelecidos neste Ato Convocatório.

4.5.2. O envelope “1” conterá a Documentação;

4.5.3. O envelope “2” conterá a Proposta Técnica; e

4.5.4. O envelope “3” conterá a Proposta de Preços;

4.5.5. Após a entrega dos envelopes, a Comissão de Julgamento não aceitará, em nenhuma hipótese, a substituição ou anexação de

qualquer novo documento por parte dos Participantes, tão pouco a retirada dos mesmos.

- 4.5.6. Será admitida a entrega das propostas por mero portador ou correspondência desde que protocolados no local designado para abertura até o horário determinado para o início.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos necessários à habilitação, exigidos para participar deste Ato Convocatório, deverão ser colocados no envelope nº 1. Estes deverão ser lacrados e apresentar a seguinte identificação: ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO, além de possuir a identificação e CNPJ da empresa participante.

5.1.1. Os documentos deverão ser apresentados em original, ou por processo de cópia autenticada por cartório competente, ou ainda publicação em órgão da Imprensa Oficial, sob pena de inabilitação,

5.1.2. As certidões disponibilizadas através da internet serão consideradas como documento original, sempre observando o prazo de vigência das mesmas, e possuir link ou código para confirmação de autenticidade.

5.1.3. Os documentos assinados digitalmente, quando impressos, só serão aceitos se possuírem link ou código para confirmação de autenticidade pela comissão de julgamento no momento do certame, vedada qualquer apresentação de documento complementar que não esteja inserido nos envelopes.

5.2. Os documentos de Habilitação, exigidos neste Ato Convocatório, deverão ser entregues separadamente das propostas técnica e de preço, sob pena de desclassificação.

5.3. Habilitação jurídica:

5.3.1. Cédula de identidade do responsável legal do proponente;

5.3.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devendo estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação vigente.

5.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de associações civis, acompanhada de indicação do(s) representante(s) legal(is) em exercício;

5.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4. Regularidade fiscal:

5.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

5.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do concorrente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

5.4.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do concorrente.

5.4.3.1. As licitantes que tiverem sua sede em cidades que emitem a Certidão de Regularidade para com o Município em documentos distintos, relativos a Tributos Mobiliários e Imobiliários devem apresentar todas as Certidões necessárias para a ampla comprovação de sua Regularidade. O fato da empresa não possuir imóvel, não dispensa a apresentação de Certidão de regularidade imobiliária e/ou comprovante de inexistência de imóveis cadastrados.

5.4.4. Prova de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.5. Qualificação econômico-financeira

5.5.1. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da comarca da sede da participante.

5.5.2. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e transmitido através de escrituração digital, registrado, ou ainda devidamente publicado, conforme o caso, acompanhado da autenticação, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

5.5.2.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo responsável legal da empresa e pelo responsável por sua elaboração, contador ou outro profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

5.5.2.2. A boa situação econômico-financeira da empresa será avaliada pelos seguintes indicadores, obtidos do balanço patrimonial apresentado.

5.5.3. Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) devem ser maiores que 1,00, e resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{ativo total}}{\text{passivo total}}$$

passivo circulante + passivo não circulante

$$LC = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$$

5.5.4. As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, assinado pelo contador responsável pela emissão, sob pena de inabilitação.

5.6. Capital social mínimo ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

5.7. As participantes deverão apresentar, ainda:

5.7.1. Declaração de não possuir em seu quadro de pessoal, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer tipo de trabalho, nos termos do Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002 - ANEXO II;

5.7.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da participante, devidamente identificado e habilitado, nos termos do ANEXO III.

5.8. Serão consideradas inabilitadas as participantes que deixarem de apresentar qualquer um dos documentos exigidos neste Ato Convocatório ou os apresentarem com prazo de vigência vencido.

5.8.1. As declarações acima citadas deverão ser apresentadas separadamente na forma de cada anexo indicado e o não atendimento implicará na inabilitação da proponente.

5.8.2. Os documentos exigidos neste Ato Convocatório deverão ser entregues obrigatoriamente em envelope lacrado, e com observância de numeração sequencial nele adotada, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame por parte da Comissão de Julgamento, contendo na parte externa as indicações:

ENVELOPE Nº. 01
(Identificação da participante, CNPJ)
Ato Convocatório Nº. 15/2023
DOCUMENTAÇÃO

5.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

5.9.1. Em nome da empresa participante com número do CNPJ e endereço respectivo.

5.9.2. Se a participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, ou se for a filial, em nome da mesma. Poderão ser apresentados pela filial, em nome da matriz, aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, só puderem ser emitidos em nome desta;

5.9.3. Os documentos devem estar datados até 90 (noventa) dias que antecedem a data de entrega do envelope “Documentação”, no caso de não existir prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor competente;

5.9.4. Não se enquadram no prazo de que trata o subitem anterior os documentos que, pela própria natureza, não apresentem exigência legal de prazo de validade.

6. DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1. A proposta técnica deverá ser entregue em um envelope lacrado, com as seguintes indicações na parte externa:

ENVELOPE Nº. 02
(Identificação da participante, CNPJ)
Ato Convocatório Nº. 15/2023
PROPOSTA TÉCNICA

6.2. As propostas técnicas deverão ser apresentadas, obrigatoriamente, na forma de organização descrita no Termo de Referência, sob pena de desclassificação. Devendo ser apresentada preferencialmente com perfuração padrão de dois furos (distância entre furos de 80 mm), encadernada com grampo de trilho plástico, ou colchete.

6.3. As propostas técnicas devem, sob pena de desclassificação, atender ao exigido no Termo de Referência e serão julgadas conforme Anexo VIII - Planilha de Cálculo da Pontuação Técnica

7. DA PROPOSTA DO PREÇO

7.1.A proposta do preço deverá ser entregue em envelope lacrado, com as seguintes indicações na parte externa:

ENVELOPE Nº. 03
(Identificação da participante, CNPJ)
Ato Convocatório Nº. 15/2023
PROPOSTA PREÇO

7.2.As propostas deverão ser apresentadas, rubricadas em todas as suas folhas e assinadas por um titular ou representante legal, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, e ainda:

7.2.1. Fazer menção ao número deste Ato Convocatório nº. 15/2023, conter a razão social, CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax, e-mail (se houver), bem como banco, agência e número da conta bancária para efeito de pagamento;

7.2.2. O CNPJ da proposta deverá ser o mesmo indicado nos documentos de habilitação;

7.2.3. A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião, com poderes para esse fim;

7.2.4. Descrição clara e precisa do objeto deste Ato Convocatório, de acordo com os serviços requeridos pela AGEVAP, cuja proposta de preços deverá ser formulada com base no modelo de PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO IV.

- 7.2.5. Conter valor global, expressos em moeda corrente nacional (R\$), de acordo com os preços praticados no mercado;
- 7.2.6. O valor global deverá ser expresso em algarismos e por extenso;
- 7.2.7. O valor global deverá ser formulado levando-se em consideração o prazo contratual;
- 7.2.8. No caso de divergência entre os valores expressos por extenso e por algarismo, prevalecerá o indicado por extenso.
- 7.2.9. O valor global máximo permitido para a contratação é de R\$ 1.273.871,81 (um milhão duzentos e setenta e três mil oitocentos setenta e um reais e oitenta e um centavos)..
- 7.2.10. O valor acima expresso representa o valor máximo que a AGEVAP pagará por esta Coleta de Preços.
- 7.2.11. Serão desclassificadas as propostas de preços com valores acima do estimado;
- 7.2.12. A proposta de preço deverá ter prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da realização deste Ato Convocatório;
- 7.2.13. Caso o referido prazo não esteja expressamente indicado na proposta, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias para efeito de julgamento, e caso esteja expresso prazo de validade inferior ao estipulado, a proposta será desclassificada;

- 7.2.14. Declaração expressa de ciência e concordância com todos os termos e especificações constantes deste Ato Convocatório N^o. 15/2023, sob pena de desclassificação, conforme constante no ANEXO V;
- 7.2.15. Deverão estar incluídos no preço todos os impostos, despesas com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Ato Convocatório;
- 7.2.16. O valor da proposta é fixo e irrevogável.
- 7.3.A proposta de preços apresentada e levada em conta para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da Participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, exceto aquelas previstas neste Ato Convocatório ou que sejam irrelevantes para efeito de julgamento.
- 7.4.A participante deverá apresentar proposta firme e precisa, sem alternativas de valores ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 7.5.Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Ato Convocatório e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 7.6.Não se considerará oferta ou vantagem não prevista neste Ato Convocatório.

8. DO PROCEDIMENTO

8.1. A abertura da presente Seleção de Propostas dar-se-á no dia, hora e local indicados no preâmbulo do presente Ato Convocatório, e os trabalhos obedecerão à ordem dos procedimentos que se segue:

8.1.1. Credenciamento do representante da Participante através da carta de credenciamento ou contrato social no caso de sócio administrador, e mediante apresentação do respectivo documento pessoal de identificação.

8.1.2. Recolhimento dos envelopes “DOCUMENTAÇÃO”, “PROPOSTA TÉCNICA” e “PROPOSTA DE PREÇO”, e, encerrando-se o prazo para recebimento, não mais se admitindo nenhum outro.

8.1.3. Os Envelopes “1”, “2” e “3” serão entregues fechados à Comissão de Julgamento, pelo representante legal ou credenciado da participante, em sessão pública, no local, dia e hora estabelecidos neste Ato Convocatório.

8.1.4. A Comissão de Julgamento e todos os representantes presentes, legais ou credenciados, das participantes, rubricarão os envelopes “1”, “2” e “3”, procedendo-se, em seguida, à abertura do envelope “1” e sua análise.

8.1.5. Abertura dos envelopes contendo as habilitações.

- 8.1.6. Todos os credenciados poderão examinar as documentações de habilitação das demais participantes, na sessão de abertura dos envelopes “1”.
- 8.1.7. A habilitação far-se-á com a verificação de que os concorrentes atendem às exigências do ato convocatório.
- 8.1.8. Verificado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório, serão informadas as empresas declaradas habilitadas e inabilitadas;
- 8.1.9. Da fase de julgamento das propostas caberá recurso no prazo de até 3 (três) dias úteis da decisão da Comissão Julgadora, desde que manifestada expressamente a intenção de recorrer na sessão pública em que se deu a decisão, ou no caso de intimação da decisão através da página eletrônica, caso este em que a entidade delegatária deverá aguardar o prazo previsto.
- 8.1.10. Apresentadas as razões recursais, a entidade delegatária deverá disponibilizá-las em sua página eletrônica, podendo as demais licitantes apresentar contrarrazões no prazo de até 3 (três) dias úteis
- 8.1.11. Decidido sobre as contestações ou recursos referentes à habilitação das participantes, far-se-á a abertura das propostas técnicas das licitantes remanescentes declaradas habilitadas.
- 8.1.12. Avaliação e classificação das propostas técnicas apresentadas, mediante verificação da conformidade com os requisitos

estabelecidos no ato convocatório e com as amostras ou protótipos apresentados, quando for o caso, para encontrar o valor da pontuação técnica:

- 8.1.13. No exame da proposta técnica devem ser levados em consideração, para efeito de julgamento, os fatores de avaliação, com pontuações estabelecidas no ato convocatório;
- 8.1.14. Os responsáveis pela seleção de propostas poderão interromper a reunião para analisar as propostas técnicas, proceder a diligências ou consultas e/ou examinar amostra ou protótipo do produto, se solicitado. Nesse caso, os envelopes com as propostas de preços permanecerão sob sua guarda, devidamente fechados e rubricados no fecho pelos responsáveis pela seleção de propostas e pelos representantes legais dos concorrentes presentes
- 8.1.15. Da fase de julgamento das propostas caberá recurso no prazo de até 3 (três) dias úteis da decisão da Comissão Julgadora, desde que manifestada expressamente a intenção de recorrer na sessão pública em que se deu a decisão, ou no caso de intimação da decisão através da página eletrônica, caso este em que a entidade delegatária deverá aguardar o prazo previsto.
- 8.1.16. Apresentadas as razões recursais, a entidade delegatária deverá disponibilizá-las em sua página eletrônica, podendo as demais licitantes apresentar contrarrazões no prazo de até 3 (três) dias úteis

- 8.1.17. Decidido sobre as contestações ou recursos referentes às propostas técnicas das participantes, far-se-á a abertura das propostas preços das licitantes remanescentes classificadas;
- 8.1.18. A análise e julgamento das propostas de preço de acordo com as exigências estabelecidas neste ato convocatório;
- 8.1.19. Os responsáveis pela seleção de propostas poderão interromper a reunião para analisar as propostas e/ou proceder a diligências ou consultas, se necessário.
- 8.1.20. Serão realizadas a valoração e a avaliação das propostas de preços, de acordo com os dados e índices obtidos, mediante fórmulas estabelecidas no Ato Convocatório.
- 8.1.21. Concluídas as fases de valoração e avaliação das propostas técnicas e de preço, os concorrentes serão classificados em ordem decrescente de avaliação obtida, sendo considerado vencedor o concorrente que obtiver a maior avaliação.
- 8.1.22. Divulgação do resultado de julgamento da seleção de propostas por comunicação a todos os concorrentes através do site da AGEVAP.
- 8.1.23. Será aguardado o transcurso do prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso, e se interposto, o recurso será disponibilizado no site da AGEVAP, sendo que aos demais concorrentes poderão impugná-lo no prazo de 3 (três) dias úteis.

8.1.24. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou inabilitadas, poderá ser fixado o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de novas propostas com eliminação das causas apontadas no ato de desclassificação, sendo que se ocorrer a desclassificação de todas as propostas, as encaminhadas posteriormente, devidamente corrigidas, poderão ser apresentadas inclusive com novos preços.

8.1.25. Decidido sobre as contestações ou recursos referentes ao resultado da seleção de propostas o processor será encaminhado para deliberação da autoridade competente quanto à homologação do procedimento licitatório e adjudicação do objeto ao concorrente vencedor;

8.2. A Comissão de Julgamento, por seu exclusivo critério, poderá, a qualquer momento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo de seleção, inclusive solicitando a exibição dos respectivos originais para conferência com as cópias autenticadas entregues. Para tal, fixará o prazo improrrogável de até 72 (setenta e duas) horas, sendo vedada apresentação posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da proposta. O não atendimento ao aqui estabelecido implicará na inabilitação da participante.

8.3. A comissão poderá, em qualquer fase deste Ato Convocatório, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.4. No caso de promoção de diligência, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da mesma.

8.5. Os atos administrativos que dizem respeito a esta Seleção de Propostas serão sempre interpretados visando a assegurar o aproveitamento deste Ato Convocatório, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz da Lei Federal n.º 8.666/93, do Estatuto e Regimento Interno da AGEVAP, e Resolução ANA nº 122/2019, ou a que vierem substituí-la, aproveitando-se todos os demais atos, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final.

8.6. A sessão pública para a abertura dos envelopes será processada em 3 (três) fases:

8.6.1. **Primeira Fase:** Inicialmente será realizado o credenciamento dos representantes das Participantes, através do documento indicado no item 3.1 e seguintes deste Ato Convocatório, e ainda, mediante apresentação do respectivo documento pessoal de identificação. Em seguida será realizada a abertura do Envelope nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO que ocorrerá na mesma data de entrega dos demais envelopes.

8.6.2. **Segunda Fase:** ABERTURA e JULGAMENTO do Envelope nº 02 – PROPOSTAS TÉCNICAS, que ocorrerá no mesmo dia se for possível concluir a análise das habilitações e obter de todas as participantes a desistência de utilização do prazo recursal. Caso alguma licitante manifeste interesse em interpor recurso contra a decisão de habilitação/inabilitação, nova sessão será marcada para a abertura do Envelope nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA.

8.6.3. Os envelopes de nº 02 contendo a PROPOSTA TÉCNICA e o de nº 03 contendo a PROPOSTA DE PREÇOS serão mantidos fechados e rubricados pelos representantes das proponentes presentes e pelos membros da Comissão Julgamento da AGEVAP, até o início da segunda fase.

8.6.4. Terceira Fase: ABERTURA e JULGAMENTO do Envelope nº 03 PROPOSTA DE PREÇOS, que ocorrerá no mesmo dia se for possível concluir a análise das PROPOSTAS TÉCNICAS das licitantes e obter de todas as participantes a desistência de utilização do prazo recursal. Caso alguma licitante manifeste interesse em interpor recurso, nova sessão será marcada para a abertura do Envelope nº 03 – PROPOSTA DE PREÇOS.

8.6.5. Os envelopes contendo a PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 03) serão mantidos fechados e rubricados pelos representantes das proponentes presentes e pelos membros da Comissão Julgamento da AGEVAP, até o início da terceira fase.

8.7. Serão inabilitadas as licitantes com documentação incompleta, que apresentarem incorreções, que não atenderem ao disposto no item 4, e seus respectivos subitens e/ou contrariarem qualquer dispositivo deste Ato Convocatório.

8.8. Serão desclassificadas as propostas que:

8.8.1. Não atendam às exigências deste Ato Convocatório;

8.8.2. Apresentem preços inexequíveis, assim considerados aquelas que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e compatíveis com a execução do objeto. Havendo dúvida sobre a exequibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas para que o participante comprove a viabilidade de seus preços, solicitando-lhe a composição dos preços;

8.8.3. Apresentem preços simbólicos ou irrisórios que se revelem incompatíveis com os encargos decorrentes.

9. GARANTIAS

9.1. Não será exigida garantia da proposta, sendo exigida garantia contratual nos termos da minuta contratual Anexo VII.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Os pedidos de impugnação ao ato convocatório deverão ser protocolados na entidade delegatária até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, por qualquer pessoa jurídica ou física, e de até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, para o licitante, devendo ser julgados e respondidos à impugnação em até 3 (três) dias úteis antes da homologação do processo de seleção, sem a promoção de efeito suspensivo, a critério da comissão julgadora.

- 10.2. A Comissão de Julgamento poderá acolher o mérito da impugnação, ou se com ela não concordar, encaminhar o processo, devidamente instruído, ao Diretor-Presidente da AGEVAP, para julgamento e decisão, respeitado o prazo de 3 (três) dias úteis
- 10.3. Acolhido o mérito da impugnação, as falhas apontadas serão corrigidas, designando-se nova data para o recebimento e abertura das propostas e documentação.
- 10.4. Toda e qualquer modificação neste Ato Convocatório exigirá divulgação no site da AGEVAP da mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando justificada e, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas, que deverá ser comunicada a todos igualmente, através de divulgação no site da AGEVAP.
- 10.5. A impugnação deve ser encaminhada à Sede da AGEVAP por correios (com Aviso de Recebimento), sendo certo que a mesma somente será aceita se estiver em conformidade com o seguinte procedimento: Postagem da documentação nos correios dentro do prazo limite conforme estabelecido por este edital e, obrigatoriamente, envio de cópia da documentação via correio eletrônico constante no preâmbulo do edital, no formato PDF, acompanhada do comprovante de postagem nos correios, até às 17h30min (horário de Brasília) da data limite do prazo conforme estabelecido por este edital;

11. DO RECURSO

- 11.1. Declarada a habilitação das participantes ou classificação técnica ou classificação geral das propostas, qualquer participante poderá recorrer, conforme, disposto no item 8 deste Edital.
- 11.2. A documentação referente à interposição de recursos, bem como apresentação de razões e de contrarrazões, deve ser encaminhada à Sede da AGEVAP por correios (com Aviso de Recebimento), sendo certo que a mesma somente será aceita se estiver em conformidade com o seguinte procedimento: Postagem da documentação nos correios dentro do prazo limite conforme estabelecido por este edital e, obrigatoriamente, envio de cópia da documentação via correio eletrônico constante no preâmbulo do edital, no formato PDF, acompanhada do comprovante de postagem nos correios, até às 17h30min (horário de Brasília) da data limite do prazo conforme estabelecido por este edita

12. DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 12.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos decorrentes desta seleção serão provenientes do Contrato de Gestão ANA nº 27/2020, Categoria de Finalidade: 1 - Gestão de Recursos Hídricos Programa: 1.7 - Monitoramento Hidrometeorológico Ação: 1.7.5 - Elaboração, revisão, atualização e apoio em estudos e bases referenciais de balanços hídricos da bacia Subação: 1.7.5.1 - Elaboração de Refinamento das Disponibilidades Hídricas, Atualização do Quadro de Demandas e Balanço Hídrico.

13. DO FIRMAMENTO DO CONTRATO

- 13.1. A presente contratação será disciplinada através de contrato pelo período estabelecido no Termo de Referência, sendo a empresa vencedora convocada para assinatura do Termo de Contrato, devendo comparecer no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14. DO PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária ou qualquer outro meio idôneo adotado pela contratante, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada e aprovada pela AGEVAP, juntamente com a comprovação de regularidade fiscal, no prazo estabelecido no Termo de referência, a contar do seu recebimento, observando-se a retenção dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação vigente, quando for o caso.

14.1.1. Na Nota Fiscal/Fatura deverá vir destacado o número do Contrato, a descrição dos serviços prestados conforme o objeto do presente Ato Convocatório, com o respectivo valor dos serviços executados.

14.1.2. Na Nota Fiscal/Fatura deverão vir destacadas, também, retenções na fonte de modo análogo àquelas previstas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004 (IRPJ, PIS, COFINS, ISS e outros) ou outra norma que vier a substituí-la.

14.1.3. Mesmo que a contratada não faça constar na Nota Fiscal/Fatura as retenções citadas acima, a AGEVAP fará as retenções previstas em tal legislação e as repassará, integralmente, para a Secretaria

da Receita Federal através de Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF.

14.1.4. Caso a contratada esteja dispensada de alguma das retenções citadas, deverá apresentar documentação comprobatória, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, de forma análoga àquela das previsões constantes na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004 ou outra norma que vier a substituí-la.

14.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto houver pendência de entrega dos produtos e/ou serviços.

14.3. A AGEVAP reserva-se o direito de se recusar a efetuar o pagamento se, no ato da atestação, e entrega dos produtos não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita, bem como contrariar algum dispositivo deste Ato Convocatório e seus anexos.

15.DAS SANÇÕES

15.1. A participante que não mantiver a proposta, apresentá-la sem seriedade, falhar ou fraudar, tiver comportamento inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal ou deixar de cumprir a proposta, estará sujeita ainda, a aplicação das penalidades previstas na lei civil ou penal.

15.2. O atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a contratada à multa moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura a ser paga.

15.3. Pela inexecução total ou parcial deste Ato Convocatório a AGEVAP poderá aplicar à contratada as sanções fixadas a seguir, sem prejuízo de outras previstas em lei:

15.3.1. Advertência;

15.3.2. Multa moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura a ser paga;

15.3.3. Multa administrativa até 20% (vinte por cento);

15.3.4. Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a AGEVAP;

15.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a AGEVAP.

15.4. As multas previstas nos subitens anteriores deverão ser recolhidas dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação para o pagamento, em conta corrente informada pela AGEVAP. Caso a importância devida não seja recolhida será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida conforme previsto em lei.

15.5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela AGEVAP, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

15.6. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração,

equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

- 15.7. Em todos os casos previstos no item 14 e em seus subitens será concedido à proponente ou contratada a ampla defesa e o contraditório, conforme previsão constitucional.

16.DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 16.1. O Diretor Presidente da AGEVAP poderá revogar este Ato Convocatório por razões de interesse e conveniência, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato fundamentado.
- 16.2. As participantes não terão direito à indenização em razão da anulação desta Seleção de Propostas, ressalvado, no caso de boa-fé, o direito de o contratado ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 16.3. No caso de revogação e anulação deste Ato Convocatório é assegurado o contraditório.
- 16.4. A data de recebimento dos envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, “PROPOSTA TÉCNICA” e “PROPOSTA DE PREÇOS”, poderá ser alterada por conveniência da AGEVAP, sem prejuízo da observância dos demais procedimentos decorrentes. Havendo possibilidade das licitantes declinarem dos prazos recursais e havendo disponibilidade da AGEVAP, eventualmente as sessões poderão contemplar mais de uma fase da licitação.

- 16.5. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização deste Ato Convocatório na data prevista, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido, desde que comprovada a comunicação, da Comissão de Julgamento, aos interessados.
- 16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Ato Convocatório excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dias de expediente da AGEVAP.
- 16.7. A homologação do resultado deste Ato Convocatório não implicará em direito à contratação.
- 16.8. O Foro competente para dirimir questões, relativas ao presente Ato Convocatório, será o da Justiça Comum, da Comarca do Município de Resende, onde está a Sede da AGEVAP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 16.9. O inteiro teor deste Ato Convocatório, assim como quaisquer esclarecimentos sobre o mesmo poderão ser obtidos no horário de 09 h às 12h e de 14h às 17h, com a Comissão de Julgamento, na sede da AGEVAP.
- 16.10. Nos casos omissos no presente edital aplica-se o disposto na Resolução ANA nº 122/2019 e subsidiariamente o disposto na Lei Federal nº 8666/93, devendo estes serem resolvidos pelo Diretor Presidente.

17.RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO VI – CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO VIII – PLANILHA DE CÁLCULO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA

ANEXO IX – PLANILHA DE CÁLCULO DA PONTUAÇÃO GERAL

Resende, 05 de junho de 2023.

(Assinado eletronicamente)

Horácio Rezende Alves

Presidente da Comissão de Julgamento

TERMO DE REFERÊNCIA

Assunto: Estudo de atualização do quadro das demandas hídricas e dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Referência: Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (PIRH-PS). Ação 5.1.2.2 – Elaborar estudo de atualização do quadro de demandas hídricas e atualização dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Resende/RJ, 28 de abril de 2023

APRESENTAÇÃO

O presente Termo de Referência (TR) compreende o escopo para a contratação do estudo de atualização do quadro de demandas hídricas e atualização dos balanços hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e foi baseado nas diretrizes apresentadas no âmbito da complementação e finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – PIRH-PS.

Ao longo da elaboração do Produto Parcial PP02 – Consolidação do Diagnóstico e Prognóstico do PIRH-PS, verificou-se a necessidade de um estudo aprofundado para o aprimoramento das informações referentes às disponibilidades hídricas e atualização do quadro de demandas hídricas e dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Sendo assim, foi previsto no Manual Operativo do PIRH-PS na Agenda 5 – Produção de Conhecimento, Subagenda 5.1 – Produção do Conhecimento Técnico e Científico, Programa 5.1.2 Elaboração de Estudos Técnicos e Ação 5.1.2.2 – Elaborar estudo de atualização do quadro de demandas hídricas e atualização dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Em 23 de novembro de 2022, o Comitê de Integração da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP) instituiu a revisão do Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (PAP) para o exercício de 2022 a 2025, através da Deliberação CEIVAP nº 330/2022. O respectivo estudo está previsto na Finalidade 1 – Gestão de Recursos Hídricos, Programa 1.7 – Monitoramento Hidrometeorológico e Ação 1.7.5 – Elaboração, revisão, atualização e apoio em estudos e bases referenciais de balanços hídricos da bacia.

1. CEIVAP – COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL	5
2. AGEVAP – ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL.....	6
3. OBJETO	8
4. JUSTIFICATIVA	9
5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DIRETRIZES PARA OS SERVIÇOS DE CONSULTORIA.....	10
5.1. ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	10
5.2. CONTEXTUALIZAÇÃO	11
5.3. ESCOPO	15
6. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES	23
6.1. PRODUTO 0: PLANO DE TRABALHO E MOBILIZAÇÃO CONSOLIDADO	24
6.2. PRODUTO 1: ARTICULAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE DADOS SECUNDÁRIOS	25
6.3. PRODUTO 2: MOBILIZAÇÃO, CONTATOS TÉCNICOS, VALIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE DADOS PRIMÁRIOS.....	27
6.4. PRODUTO 3: QUADRO DAS DEMANDAS HÍDRICAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL ATUAL E FUTURO.....	29
6.5. PRODUTO 4: RELATÓRIO DO BALANÇO HÍDRICO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL	30
6.6. PRODUTO 5: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS CENÁRIOS DE ALTERAÇÃO DAS REGRAS OPERATIVAS DAS USINAS HIDROELÉTRICAS (UHE's) EXISTENTES NA BACIA	32
6.7. PRODUTO 6: AVALIAÇÃO DO IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL E DO	

	IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BALANÇO HÍDRICO ..34
6.8. PRODUTO 7: RELATÓRIO FINAL E BANCO DE DADOS CONSOLIDADO.....	36
7. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES.....	38
7.1. Reuniões com a AGEVAP e o Grupo de Trabalho (GT)	38
7.2. Reuniões técnicas e de articulação com os órgãos gestores e setores usuários;	39
7.3. Oficinas técnicas participativas com atores estratégicos	39
7.4. Mobilização e participação dos atores estratégicos	39
8. APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS.....	40
9. CRONOGRAMA	42
10. EQUIPE TÉCNICA	43
10.1. EQUIPE TÉCNICA PERMANENTE.....	43
10.2. EQUIPE TÉCNICA DE CONSULTORES.....	45
11. CUSTO TOTAL E VIGÊNCIA.....	48
12. PAGAMENTOS DOS PRODUTOS	49
13. ACOMPANHAMENTO	49
14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
SUMÁRIO	

1. CEIVAP – COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Criado pelo Decreto Federal nº 1.842, de 22 de março de 1996, o CEIVAP, Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, teve sua área de abrangência e nomenclatura alteradas pelo Decreto Federal nº 6.591, de 1º de outubro de 2008. A partir de então, o CEIVAP passou a ser denominado Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, contemplando municípios de três estados, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O CEIVAP, no âmbito da gestão de recursos hídricos, possui a competência de viabilizar, técnica e financeiramente, programas de investimento e a consolidar políticas de estruturação urbana e regional, visando o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, além de promover a articulação interestadual, de modo a garantir que iniciativas regionais de estudos, projetos, programas e planos de ação sejam partes complementares, integradas e consonantes com as diretrizes e prioridades estabelecidas para a Bacia.

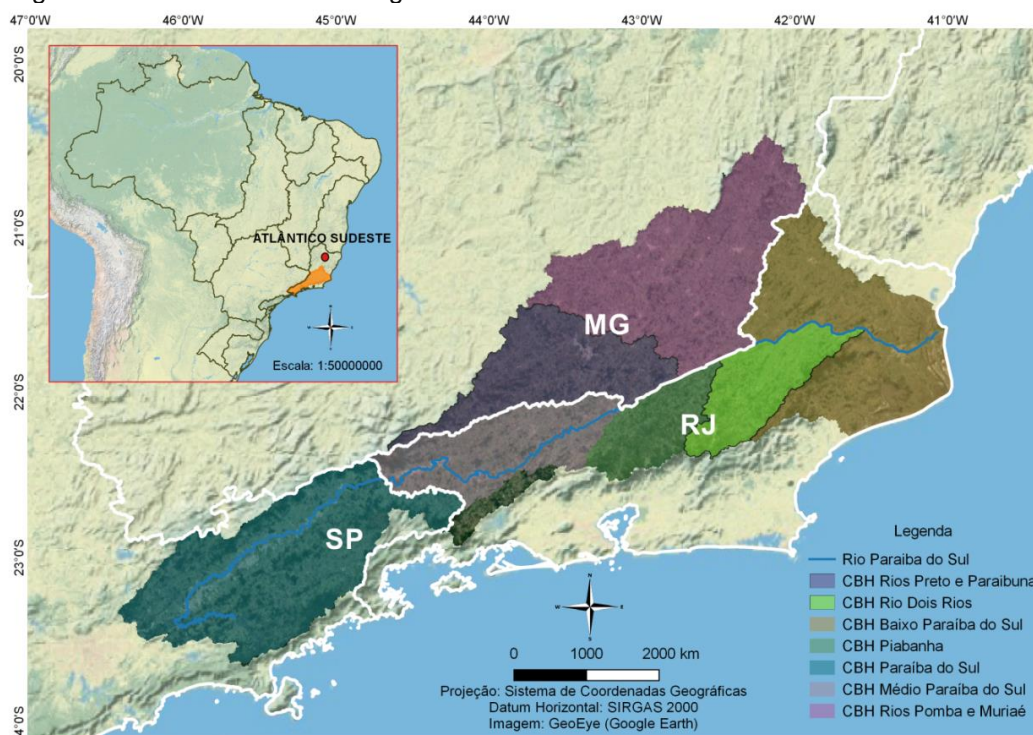
Sendo um órgão deliberativo, o CEIVAP é o parlamento no qual ocorrem debates e decisões descentralizadas sobre as questões relacionadas aos usos múltiplos das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, incluindo decisões sobre a cobrança pelo uso da água. É constituído por representantes do poder público, dos usuários de água e de organizações sociais com importante atuação para a conservação, preservação e recuperação da qualidade das águas da bacia.

O CEIVAP é composto, atualmente, por 60 membros e seus respectivos suplentes, sendo três da União e 19 de cada Estado (São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Minas Gerais/MG), com representantes dos usuários de água (companhias de abastecimento e saneamento, indústrias, hidrelétricas e os setores agrícola, de pesca, turismo e lazer); do poder público (União, governos estaduais e prefeituras); e de organizações civis. Os membros são eleitos em

fóruns democráticos para um mandato de quatro anos, e sua diretoria Colegiada, eleita para mandato de dois anos, é formada por Presidente, Vice-Presidente e Secretariado. O Comitê é assessorado por uma Câmara Técnica Consultiva (CTC) e Grupos de Trabalho (GTs).

Além do comitê federal, CEIVAP, a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul conta com outros comitês de origem estadual, sendo eles: CBH Médio Paraíba do Sul, Comitê Piabanha, CBH Rio Dois Rios, CBH Baixo Paraíba do Sul, CBH-PS (Comitê Paulista), CBH Preto e Paraibuna (PS1) e CBH Pomba e Muriaé (COMPÉ/PS2). No mapa a seguir, é possível visualizar a extensão territorial da área de influência do Comitê de Integração da Bacia do Paraíba do Sul e suas bacias afluentes.

Figura 1. Divisão da bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul em Sub-bacias afluentes.



Fonte: AGEVAP (2021).

2. AGEVAP – ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

A Associação Pró-Gestão das Águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul

- AGEVAP, criada em 20 de junho de 2002, tem personalidade jurídica de uma associação de direito privado, com fins não econômicos. Foi constituída, inicialmente, para o exercício das funções de Secretaria Executiva. Atualmente, exerce as funções definidas no Art. 44, da Lei Federal nº 9.433/97; Art. 59, da Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 3.239/99; e Art. 38, da Lei Estadual de Minas Gerais nº 13.199/99, que tratam, em suas respectivas esferas, das competências das chamadas Agências de Água ou Agências de Bacia.

A associação é formada por uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral. A Diretoria Executiva é composta por 01 (um) Diretor Presidente, 02 (dois) Diretores Executivos, 03 (três) Assessores e 01 (um) Controlador, como mostrado na Figura 02.

Figura 2. Estrutura organizacional da AGEVAP.



Fonte: AGEVAP (2021).

A sede da AGEVAP está localizada em Resende/RJ. A associação possui 10 (dez) Unidades Descentralizadas (UDs) localizadas nos municípios de Volta Redonda, Petrópolis, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes, Seropédica, Rio de Janeiro, Angra dos Reis (no estado do Rio de Janeiro), Juiz de Fora, Guarani (no estado de Minas Gerais) e São José dos Campos (no estado de São Paulo). A associação possui ainda 01 (uma) Filial localizada em Governador Valadares/MG.

Atualmente, a AGEVAP possui 08 (oito) Contratos de Gestão assinados com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), atendendo a 17 (dezesete) comitês de bacias hidrográficas, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Contratos de Gestão vigentes assinados com a AGEVAP.

Contrato de Gestão	Data de assinatura	Órgão Gestor	CBH's Atendidos	Resolução Conselhos	Prazo de Delegação
027/ANA/2020	04/12/2020	Agência Nacional de Águas - ANA	CEIVAP	Resolução nº 167/2015 - Conselho Nacional de Recursos Hídricos	30/06/2026
INEA 67/2022	28/12/2022	Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA	Baía de Guanabara	Resolução nº 261/2022 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro	31/12/2024
INEA 68/2022	29/12/2022	Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA	Guandu; Baía de Ilha Grande	Resolução nº 229/2020 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro	31/12/2025
INEA 69/2022	29/12/2022	Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA	Médio Paraíba do Sul; Rio Dois Rios; Piabanha; Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	Resolução nº 228/2020 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro	31/12/2025
IGAM PS1 001/2019	27/11/2019	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Preto e Paraibuna	Deliberação nº 432/2019- Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais	19/11/2024
IGAM PS2 002/2019	27/11/2019	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Pomba e Muriaé	Deliberação nº 432/2019- Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais	19/11/2024
034/ANA/2020	21/12/2020	Agência Nacional de Águas - ANA	CBH-Doce	Resolução nº 212/2020 - Conselho Nacional de Recursos Hídricos	31/12/2025
IGAM DO1 a DO6 001/2020	15/12/2020	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	CBHs Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu	Deliberação nº 441/2020 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais	31/12/2025

Fonte AGEVAP (2023).

3. OBJETO

Este termo de referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para realização do estudo de atualização do quadro de demandas hídricas e atualização dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

4. JUSTIFICATIVA

Considerando que o Comitê de Integração da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP) aprovou a revisão do Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (PAP) para o exercício de 2022 a 2025, através da Deliberação CEIVAP nº 330/2022, e o respectivo estudo está previsto na Finalidade 1 – Gestão de Recursos Hídricos, Programa 1.7 – Monitoramento Hidrometeorológico e Ação 1.7.5 – Elaboração, revisão, atualização e apoio em estudos e bases referenciais de balanços hídricos da bacia;

Considerando o Manual Operativo do PIRH-PS na Agenda 5 – Produção de Conhecimento, Subagenda 5.1 – Produção do Conhecimento Técnico e Científico, Programa 5.1.2 Elaboração de Estudos Técnicos e Ação 5.1.2.2 – Elaborar estudo de atualização do quadro de demandas hídricas e atualização dos balanços hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul;

Considerando que ao longo da elaboração do Produto Parcial PP02 - Consolidação do Diagnóstico e Prognóstico do PIRH-PS, verificou-se a necessidade de um estudo aprofundado para o aprimoramento das informações referentes às disponibilidades hídricas e atualização do quadro das demandas hídricas e dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Por este motivo, torna-se necessária a elaboração de estudo de atualização do quadro das demandas hídricas e dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Destaca-se que tal estudo compreende à segunda etapa de elaboração dos estudos técnicos estratégicos definidos no PIRH-PS. A primeira etapa trata-se do Estudo das Disponibilidades Hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e servirá de base para o estudo a ser desenvolvido na segunda etapa, objeto deste ato convocatório.

Por fim, destaca-se que o objetivo do estudo objeto desta contratação, em conformidade com o Programa 3 - Gestão da Qualidade e da Quantidade dos

Recursos Hídricos do PNRH 2022-2040, é conhecer e gerar informações que servirão de base para a gestão e proposição de soluções adequadas para problemas de balanço hídrico quantitativo, qualitativo e garantia ao atendimento das demandas, por meio de estratégias diferenciadas de aperfeiçoamento e integração das informações sobre as demandas; de monitoramento dos usos; de gestão de conflitos; e adaptação às mudanças climáticas, objetivando a segurança hídrica.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DIRETRIZES PARA OS SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Neste item são apresentados a área de abrangência a ser considerada na elaboração do estudo, o referencial técnico mínimo a ser consultado, o escopo dos trabalhos e detalhamento das atividades a serem realizadas.

5.1. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O estudo de atualização do quadro das demandas hídricas e dos balanços hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul deverá abranger a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, considerando o disposto no Decreto Federal nº 6.591, de 1º de outubro de 2008, em que a área de atuação do CEIVAP incorporou a região de planícies inundacionais junto à foz do rio Paraíba do Sul e passou a abranger 184 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 57 no Estado do Rio de Janeiro e 88 em Minas Gerais. Conforme é possível observar na Figura 3, os principais rios de domínio da União são os seguintes: Paraíba do Sul, Muriaé, Paraibuna, Paraitinga, Piraí, Pomba e Preto.

As atividades da complementação e finalização do PIRH-PS, objeto da segunda contratação, iniciaram através da realização de uma análise pormenorizada do Diagnóstico apresentado por CEIVAP (2015). Durante a análise, observou-se que não estavam contempladas todas as informações de diagnóstico necessárias para realização das simulações e projeções ou que algumas informações necessitariam de atualização.

A composição do quadro de demandas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, apresentada no PIRH-PS, consistiu na utilização dos dados publicados no SNIRH (ANA-SNIRH, 2015), para os setores de Abastecimento (urbano e rural), Indústria, Irrigação e Criação de Animais, bem como dos dados disponibilizados pela ANA para os setores de Geração de Energia Termelétrica e Mineração. É possível observar que a composição resultou na demanda total para a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul de 50,79 m³/s, conforme Quadro 2. Neste quadro, também são apresentadas as demandas provenientes das duas transposições (para a Bacia do Guandu/RJ e para as Bacias PCJ/SP) existentes na bacia, porém as mesmas não são contabilizadas.

Quadro 2 – Estimativa das demandas hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul

Unidade de Planejamento	Urbana ¹	Rural ¹	Indústria ¹	Termelétricas ²	Mineração ²	Irrigação ¹	Criação Animal ¹	Transposições ³	Total ¹⁺²	Total por Estado ¹⁺²
	Demanda (m ³ /s)									
Paraíba do Sul (trecho Paulista)	5,70	0,22	4,40	1,11	0,05	2,36	0,41	5,13	14,26	14,26
Preto Paraibuna	1,74	0,05	2,18	0,06	0,01	0,15	0,19	-	4,37	
COMPÉ	1,92	0,20	0,85	0,00	0,03	1,63	0,50	-	5,13	9,50
Médio Paraíba do Sul	2,59	0,08	7,62	0,00	0,01	0,23	0,21	120	10,74	
Piabanha	1,23	0,10	0,09	0,00	0,01	0,89	0,09	-	2,41	27,03
Rio Dois Rios	0,72	0,08	0,03	0,00	0,01	0,97	0,19	-	2,00	
Baixo Paraíba do Sul	2,02	0,18	1,53	0,63	0,01	6,62	0,49	-	11,48	
Sub-Bacia Rio Pirafé	0,17	0,01	0,18	0,00	0,00	0,02	0,03	-	0,40	
Total	16,09	0,92	16,89	1,80	0,12	12,86	2,11	-	50,79	

Fontes: ¹ ANA-SNIRH (2015); ² ANA (2017);

³ Demanda proveniente das transposições hídricas existentes na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Guandu/RJ e para as Bacias PCJ/SP. Não foram contabilizadas, pois são consideradas como usos não consuntivo.

Segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2016), o balanço hídrico é realizado por trecho de rio e por microbacia, e é de fundamental importância para o diagnóstico das bacias hidrográficas. O balanço quantitativo é a relação entre as demandas consuntivas estimadas (vazões de retirada) e a disponibilidade hídrica.

No âmbito dos estudos de elaboração do PIRH-PS, foram realizados o balanço hídrico quantitativo e balanço hídrico qualitativo para a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. O Quadro 3 e o Quadro 4 apresentam o balanço hídrico quantitativo, do PIRH-PS, por ottobacia nas vazões de referência Q_{95} e $Q_{7,10}$, respectivamente. A análise realizada divide o número total de ottobacias (16.929) em 4 faixas: ottobacias com demandas menores do que 25% das disponibilidades; ottobacias com demandas entre 25% e 50% das disponibilidades; ottobacias com demandas maiores do que 50% e menores do que 75% das disponibilidades e ottobacias com demandas superiores a 75% das disponibilidades.

Quadro 3 – Percentual de ottobacias em cada faixa de Balanço Hídrico (Q_{95}) no cenário atual (2018)

Faixas de Balanço Hídrico (Q_{95})	%de ottobacias no Cenário Atual (2018)
Ottobacias com Demandas < 25% das Disponibilidades	91,75%
Ottobacias com Demandas > 25% e < 50% das Disponibilidades	4,68%
Ottobacias com Demandas > 50% e < 75% das Disponibilidades	1,74%
Ottobacias com Demandas > 75% das Disponibilidades	1,83%

Quadro 4 – Percentual de ottobacias em cada faixa de Balanço Hídrico ($Q_{7,10}$) no cenário atual (2018)

Faixas de Balanço Hídrico ($Q_{7,10}$)	% de ottobacias no Cenário Atual (2018)
Ottobacias com Demandas < 25% das Disponibilidades	85,94%
Ottobacias com Demandas > 25% e < 50% das Disponibilidades	7,17%
Ottobacias com Demandas > 50% e < 75% das Disponibilidades	2,29%
Ottobacias com Demandas > 75% das Disponibilidades	4,60%

No âmbito dos estudos de elaboração PIRH-PS, verificou-se a necessidade de atualização do quadro de demandas hídricas e, conseqüentemente, a



atualização dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Cabe salientar que ao longo da finalização do PIRH-PS outras bases de dados sobre demandas foram aprimoradas e publicadas, especialmente por meio do Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil (ANA, 2019) e suas atualizações realizadas em 2020 e 2021; e do aprimoramento do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH/ANA) – abastecido pelos órgãos gestores com estímulos financeiros do PROGESTÃO - Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (<https://progestao.ana.gov.br/>).

Ainda, foi realizada pela ANA, uma atualização da base nacional de demandas hídricas, por setor usuário, que configura a base oficial de diagnóstico e prognóstico (2040) do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH 2022-2040.

A experiência com o refinamento de demandas hídricas em implementação de planos demonstra que os estudos devem ser direcionados para cobrir lacunas identificadas nos dados de entrada das estimativas, considerando setores usuários específicos, isoladamente. No entanto, buscar cobrir todos os setores e lacunas de dados no mesmo escopo não é compatível com a diversidade de atividades, metodologias e equipes necessárias à real melhoria do quadro de demandas.

Assim, considerando a disponibilidade de novas fontes de informação sobre demandas hídricas – posteriores ao quadro levantado no diagnóstico do PIRH-PS – e a necessidade de focar o escopo em lacunas e setores específicos, deverá haver uma atualização expedita do quadro de demandas da bacia.

De posse do novo quadro de demandas, também deverão ser realizados os balanços hídricos quantitativo e qualitativo, considerando os resultados obtidos no Estudo das Disponibilidades Hídricas na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – EDH-PS e dos dados de qualidade de água (atuais e

futuros) provenientes da etapa técnico propositiva para a construção do enquadramento das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, respectivamente.

5.3. ESCOPO

O escopo dos serviços envolve a elaboração do estudo de atualização do quadro de demandas hídricas e atualização dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, considerando como base os estudos realizados no âmbito do PIRH-PS, consistindo, no mínimo, das seguintes prerrogativas e procedimentos:

- a) Levantar as principais e mais atuais base de dados de demandas disponíveis e utilizadas pelo órgão gestor federal, órgãos gestores estaduais e demais organizações, considerando setores usuários específicos, isoladamente;
- b) Realizar reuniões de mobilização e articulação com os órgãos gestores da bacia para discussão e definição da base ou bases de dados a serem utilizadas para a realização do estudo. Sendo, obrigatoriamente, uma das ou as mesmas bases de dados utilizadas no Estudo das Disponibilidades Hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul;
- c) Identificar e analisar criticamente as principais lacunas de dados de entrada nas estimativas de demanda, considerando setores usuários específicos, isoladamente. Ressalta-se a importância das estimativas de demanda da indústria, devido à relevância e importância deste uso na bacia;
- d) Propor alternativas metodológicas para a cobertura de lacunas de dados identificadas ou para o caso de a atual metodologia utilizada não ser adequada para uma região da bacia;

- e) Levantar e consolidar dados secundários dos setores usuários, incluindo licenciamentos ambientais, outorgas, cobrança, cadastros de recursos hídricos e de atividades poluidoras, declarações de uso de recursos hídricos, dentre outras;
- f) Levantar dados e informações acerca de obras e intervenções existentes e/ou planejadas que visam o aumento da disponibilidade hídrica na bacia, e que serão fundamentais para compor cenários de longo prazo. Deverá ser feita uma análise crítica, considerando a criação de cenários de balanço com e sem as intervenções levantadas;
- g) Identificar principais usuários e realizar mapeamento de atores-chave e representações setoriais na bacia;
- h) Realizar mobilização, contatos e reuniões técnicas para obtenção e validação de dados junto aos setores usuários envolvidos;
- i) Revisar o quadro atual de demandas hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, considerando os cenários definidos no Plano de Trabalho e Mobilização Consolidado;
- j) Apresentar em projeção, de curto, médio e longo prazo (5, 10, 15 e 20 anos), o quadro futuro de demandas hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Para a elaboração da cenarização de longo prazo, 20 anos, considerar minimamente três conjuntos de variáveis:
 - Índices de crescimento, PIB, população, entre outros;
 - Eventuais obras que tenham como objetivo o aumento da disponibilidade hídrica na bacia;
 - Impacto das mudanças climáticas nas demandas hídricas dos setores usuários.

- k) Por meio do quadro de demandas hídricas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e do Estudo das Disponibilidades Hídricas na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul – EDH-PS (em elaboração), atualizar o balanço hídrico quantitativo atual e futuro, considerando os cenários definidos no Plano de Trabalho e Mobilização Consolidado. Além dos cenários que serão construídos neste estudo, todos os cenários elaborados no EDH-PS deverão ser considerados. Além disso, em situações que as demandas anteriormente utilizadas forem muito discrepantes das obtidas neste estudo, deverá ser feita a correção;
- l) Por meio dos resultados referente à qualidade de água e dos dados de lançamento e cargas poluidoras provenientes da etapa técnico-propositiva para a construção do enquadramento das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, realizada por outra contratação, atualizar o balanço hídrico qualitativo atual e futuro, considerando os cenários definidos no Plano de Trabalho e Mobilização Consolidado. Além dos cenários que serão construídos neste estudo, todos os cenários construídos na etapa técnico-propositiva do enquadramento deverão ser considerados. Além disso, em situações que as demandas anteriormente utilizadas forem muito discrepantes das obtidas neste estudo, deverá ser feita a correção;
- m) Realizar mobilização e divulgação dos trabalhos junto aos setores usuários, atores-chave e representações setoriais;
- n) Avaliar os impactos dos cenários de alteração das regras operativas das usinas hidroelétricas (UHE's) existentes na bacia. Ou seja, avaliar cenários em que sejam necessários o uso ou alterações das regras operativas da UHEs e sinalizar o quanto pode-se precisar desses reservatórios, através da análise desse impacto;

- o) Avaliar os impactos dos cenários de alteração das regras operativas das usinas hidroelétricas (UHE's) existentes e o atendimento das demandas locais da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul;
- p) Avaliar a Resolução Conjunta ANA/DAEE/IGAM/INEA nº 1382/2015, através de simulações de situações de escassez hídrica contempladas ou não em seu escopo, e apresentação de possíveis propostas de aprimoramento;
- q) Avaliar o impacto econômico e social do déficit hídrico, considerando os principais usuários de recursos hídricos da bacia, e propor cenários de estratégias de priorização das demandas. Além disso, propor estratégias de como considerá-las operacionalmente no âmbito do balanço hídrico;
- r) Avaliar o impacto das mudanças climáticas no balanço hídrico a partir de cenários de disponibilidade hídrica e demandas impactadas pelas alterações climáticas considerando o mais amplo espectro de cenários possíveis. Tal avaliação deverá constar na elaboração de todos os produtos;
- s) Identificar as regiões com maior demanda pelo uso da água, apontando os principais setores usuários de recursos hídricos, bem como identificar e avaliar os principais sinais (gatilhos) de possíveis situações de escassez hídrica. Além disso, apresentar mapa com o potencial hídrico (lugares com maior disponibilidade de água) por região. Os resultados poderão subsidiar tomadas de decisão com vistas à compatibilização dos usos múltiplos e à segurança hídrica da população e das atividades produtivas;
- t) Realizar estudo de avaliação da eficiência do uso da água subdividido por setor produtivo e por região de planejamento, com base em dados disponíveis, no que couber;

- u) Realizar estudo de avaliação da eficiência do uso da água com foco em novas tecnologias, práticas e métodos, com destaque para a utilização do reuso de água planejado. Deverá ser realizado um levantamento das situações, regiões e derivações onde exista potencialidades de otimização das práticas de uso dos recursos hídricos e onde a aplicação destas práticas pode levar ao aumento da disponibilidade hídrica e, conseqüentemente, a um balanço hídrico menos crítico.

Além dos procedimentos supracitados, a empresa contratada deverá elaborar o estudo seguindo, no mínimo, as seguintes **diretrizes e determinações**:

- I. A contratada deverá realizar o levantamento da demanda hídrica atual, identificando os principais usos consuntivos ou as finalidades de uso da água mais expressivas, com destaque para os principais usuários de água. Nesta etapa, deverão considerar no mínimo os seguintes documentos/dados:
- Banco de dados de outorgas e de usos insignificantes dos órgãos gestores, federal e estaduais;
 - Manual de Usos Consuntivos (ANA);
 - Altas Águas: Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano (ANA);
 - Atlas irrigação: Uso da Água na Agricultura Irrigada (ANA);
 - Plano Nacional de Segurança Hídrica (ANA) e Planos Estaduais de Segurança Hídrica (RJ, MG e SP), quando houver;
 - Plano Integrado de Recursos Hídricos Paraíba do Sul e Planos de bacia hidrográfica das bacias afluentes ao Paraíba do Sul;

- Evaporação líquida de reservatórios artificiais no Brasil (ANA);
 - Planos de Estaduais de Recursos Hídricos.
- II. Os dados de outorgas levantados junto aos órgãos gestores deverão possuir todo o detalhamento necessário para determinar as especificidades dos usos (abastecimento urbano e rural, reservação, transposições, indústria, termelétricas, mineração, irrigação, criação de animais, dentre outros), isoladamente. Caso necessário, os dados deverão ser consistidos;
- III. Dados da EMATER e EMBRAPA deverão ser considerados para a agricultura;
- IV. Avaliar a existência de lacunas e fontes de dados que as liquidem;
- V. As demandas deverão ser especializadas por microbacia (trecho de rio), ou seja, na mesma discretização da disponibilidade hídrica, bem como o balanço deverá ser feito trecho a trecho da hidrografia. Dito isso, a apresentação dos resultados, tanto para as demandas quanto para os balanços hídricos, também deverá ser realizada por unidade de planejamento: bacia interestadual e bacias afluentes, bem como subdivisões em microbacias;
- VI. As vazões transpostas deverão ser consideradas para a consolidação dos quadros de demandas hídricas atuais e futuros, bem como para cálculo dos balanços hídricos atuais e futuros;
- VII. Estimar, minimamente, a demanda hídrica futura para os cenários de menor pressão, tendencial e maior pressão sobre os recursos hídricos, no horizonte de curto, médio e longo prazo (5, 10, 15 e 20 anos), identificando os principais usuários, através das vocações econômicas e documentos de planejamento e crescimento econômico. Nessa etapa, deverão ser verificadas as mais diversas tecnologias que podem auxiliar na otimização do consumo de água, bem como considerar o efeito das

- mudanças de uso e ocupação do solo e das mudanças climáticas nas demandas;
- VIII. Apresentar os maiores usuários, suas demandas e onde se localizam na bacia através de mapa georreferenciado;
- IX. Realizar a separação das demandas superficiais, subterrâneas e por finalidade, e apresentar onde se localizam na bacia através de mapa georreferenciado;
- X. Apresentar diagnóstico, prognóstico e potencial de expansão das atividades econômicas da bacia, com o uso da água associado a estes. Os cenários deverão ser calculados para curto, médio e longo prazo (5, 10, 15 e 20 anos);
- XI. Realizar levantamento e apresentação dos usuários da bacia que possuem sazonalidade nas demandas pelo uso da água;
- XII. O balanço hídrico superficial deverá considerar as vazões de referência $Q_{7,10}$, Q_{95} e Q_{90} anuais, mensais, bimestrais e trimestrais, tendo como resultado o comprometimento hídrico das bacias afluentes a um nível de detalhamento igual ou superior ao da base hidrográfica (a ser definida posteriormente);
- XIII. Realizar estudos de balanço hídrico quantitativo atual e futuro (curto, médio e longo prazo: 5, 10, 15 e 20 anos) para águas superficiais e subterrâneas, apresentando mapa das áreas críticas em relação à disponibilidade hídrica e demanda de água. Destaca-se que os dados das disponibilidades hídricas subterrâneas não serão fornecidos pela contratante. Sendo assim, deverão ser levantados pela empresa contratada.
- Deverá ser realizado um balanço de outorgas, considerando o levantamento de outorgas reguladas e usos insignificantes (o levantamento deverá ser organizado em um banco de outorgas).

Através de uma análise crítica, o balanço de outorgas deverá ser comparado com o balanço estimado para a obtenção do percentual não regulado.

- XIV. Realizar estudos de balanço hídrico qualitativo atual e futuro (curto, médio e longo prazo: 5, 10, 15 e 20 anos), apresentando mapa das áreas críticas em relação à qualidade da água e demanda de água;
- XV. Os balanços hídricos mensais, bimestrais e trimestrais dependerão dos resultados do Estudo das Disponibilidade Hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – EDH-PS. Os balanços hídricos deverão utilizar os resultados do estudo EDH-PS e onde tiverem discrepâncias significativas na parte de demandas, estas devem ser sanadas;
- XVI. Os resultados obtidos com a atualização dos balanços hídricos da bacia deverão permitir que, em condições de escassez e crise hídrica, seja possível avaliar cenários de priorização dos usos. Para isso, deverá ser analisada e definida as condições de escassez a serem utilizadas;
- XVII. Ao longo do estudo, os resultados e informações deverão ser organizados e espacializados por bacia afluente e apresentadas como anexo em todos os produtos cabíveis;
- XVIII. Analisar o balanço hídrico a fim de subsidiar estudos de reservação de água, identificando as possíveis bacias fornecedoras de água, com a finalidade de regularização das vazões. Pontuar os fatores de pressão sobre quantidade e qualidade dos recursos hídricos e as soluções para sanar ou amenizar estes problemas, identificando as áreas prioritárias para propostas de novas alternativas de ações, estudos específicos ou ações de gestão de recursos hídricos e de infraestrutura hídrica;
- XIX. Realizar a avaliação crítica e comparativa dos resultados dos balanços hídricos quantitativo e qualitativo frente as diferentes vazões de referência utilizadas no estudo.

A contratada, para elaboração do estudo de atualização do quadro das demandas e balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, deverá possuir amplo conhecimento sobre a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e suas particularidades. Os resultados obtidos deverão ser analisados criticamente, a fim de evitar resultados incompatíveis com a realidade da bacia.

Importante ressaltar que a contratada não deverá se restringir apenas ao escopo de trabalho e relação de atividades ora apresentado, podendo e devendo propor complementações ou ajustes no sentido de aumentar a abrangência do estudo, assim como para englobar eventuais áreas, temas ou questões não tratadas neste Termo de Referência, mas que se mostrem necessárias ao longo da elaboração do Estudo.

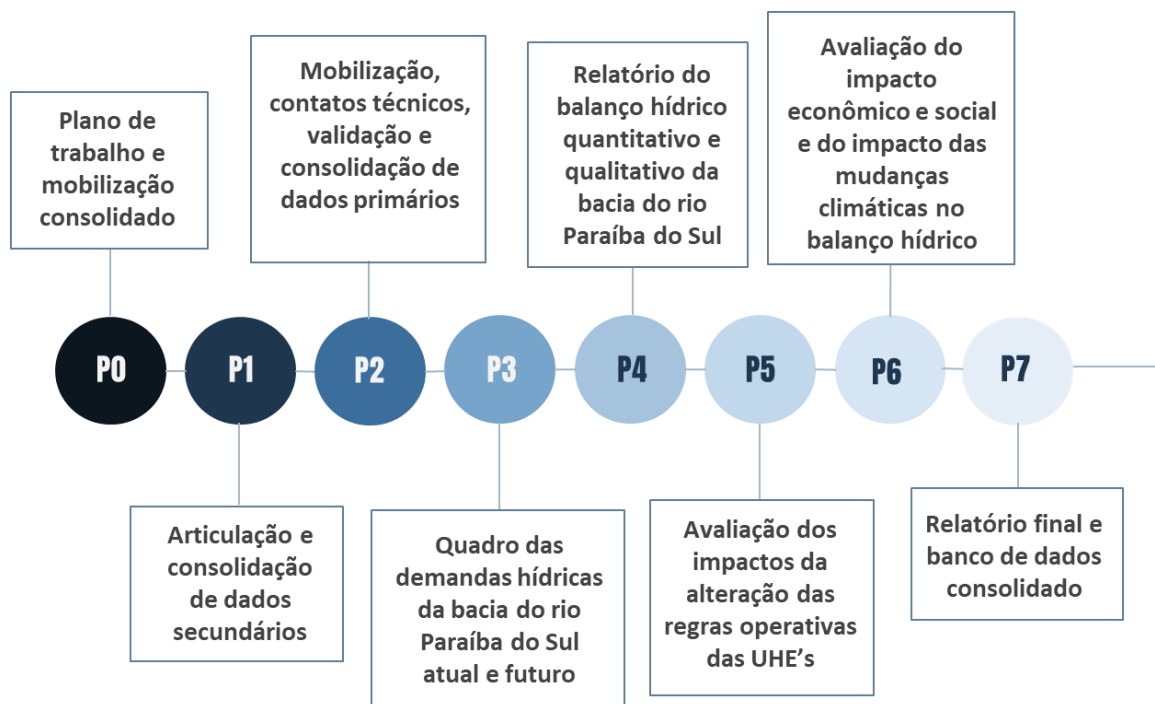
Destaca-se que, caso seja necessário o uso de linguagem de programação computacional para realização de balanço, espacialização ou qualquer outro item previsto no escopo do estudo, tal linguagem, rotina computacional ou programa adotados, deverão ser construídos e disponibilizados em código aberto livre e gratuito. Podendo ser somente em Linguagem R ou Python.

Os trabalhos a serem realizados de acordo com este Termo de Referência serão acompanhados pelo gestor do contrato, designado pela AGEVAP, e pelo Grupo de Trabalho dos Estudos Estratégicos (GTEE), designado pelo CEIVAP, que contará com o apoio da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e Órgãos Gestores de Recursos Hídricos estaduais. Todos os resultados e produtos deverão ser previamente analisados pela AGEVAP e apresentados ao GTEE para sua devida análise e contribuições.

6. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

Os serviços serão consolidados através da apresentação de um plano de

trabalho e sete relatórios técnicos, conforme esquema abaixo e de acordo com a seguinte organização:



6.1. PRODUTO 0: PLANO DE TRABALHO E MOBILIZAÇÃO CONSOLIDADO

Como primeira atividade a ser desenvolvida, a contratada deverá consolidar o Plano de Trabalho e Mobilização detalhando os procedimentos, métodos e padrões a serem utilizados para a consecução de todos os demais produtos. Além disso, deverão ser realizadas reuniões com a AGEVAP e o GTEE para definição de metodologias e propostas dos cenários a serem utilizados na atualização do quadro de demandas e balanços hídricos da bacia, sendo que, minimamente, um deles deverá considerar variáveis climáticas.

O Plano de Trabalho e Mobilização deverá apresentar as ferramentas de comunicação e as estratégias de mobilização a serem adotadas durante todo o processo de elaboração do estudo. Deve apresentar o planejamento das ações, reuniões e oficinas, bem como detalhar as articulações a serem realizadas junto aos órgãos gestores, usuários e demais atores de interesse.

Ressalta-se que o Plano de Trabalho e Mobilização a ser elaborado deve se diferenciar de uma simples transcrição das informações prestadas neste Termo de Referência e/ou na repetição do conteúdo da proposta da proponente.

No que cabe à elaboração do estudo de atualização do quadro das demandas e balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a empresa deverá apresentar, detalhadamente, quais profissionais da equipe técnica permanente e de consultores atuarão em cada um dos Produtos e suas respectivas funções.

Este documento deverá ser entregue em até 30 dias da emissão da ordem de serviço de início do contrato.

Previamente, a contratada deverá mobilizar a sua equipe técnica, conforme informado em sua proposta técnica, bem como todos os insumos de trabalho necessários à adequada execução dos trabalhos (equipamentos, escritórios etc.).

O Produto 0 será encaminhado à AGEVAP e ao GTEE, ocasião em que deverão ser realizados os ajustes necessários e cabíveis para que o planejamento dos serviços esteja de acordo com as expectativas do grupo.

6.2. PRODUTO 1: ARTICULAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE DADOS SECUNDÁRIOS

No Produto 1, a empresa contratada deverá apresentar um relatório completo com as principais e mais atuais base de dados de demandas disponíveis e utilizadas pelo órgão gestor federal e órgãos gestores estaduais, considerando setores usuários específicos, isoladamente.

Deverá realizar a análise dos dados e, conseqüentemente, indicar e apresentar a melhor base de dados, diretrizes e metodologias para a determinação das demandas, considerando setores usuários específicos, isoladamente.

Para compatibilização das diferentes perspectivas e diferentes bases de dados

utilizadas na bacia do rio Paraíba do Sul, a contratada deverá realizar reuniões de articulação com os órgãos gestores da bacia para discussão e definição da base de dados oficial a ser utilizada para a realização do estudo. Tal escolha deverá ser validada por todos os órgãos gestores. O processo de mobilização, realização de reuniões e articulação, junto aos órgãos gestores, deverá estar descrito no relatório de forma clara e com destaque para as etapas de tomada de decisão.

Importante destacar que este levantamento e definição da base de dados auxiliará – com base na situação, qualidade e quantidade dos dados levantados – na definição de alternativas metodológicas para a cobertura de lacunas de dados identificadas.

A empresa deverá levantar e consolidar os dados secundários dos setores usuários, incluindo licenciamentos ambientais, outorgas, cobrança, cadastros de recursos hídricos e de atividades poluidoras, declarações de uso de recursos hídricos, dentre outras que possam ser coletadas através de pesquisas pelos sites eletrônicos oficiais. Além disso, deverão ser levantados e apresentados dados e informações acerca de obras e intervenções existentes e/ou planejadas que visam o aumento da disponibilidade hídrica na bacia.

A contratada deverá estruturar uma base de dados para armazenamento e organização das informações coletadas, considerando os programas e aplicativos disponíveis em código livre ou compatíveis com estes. A contratada deverá elaborar e apresentar um Relatório compilando as informações coletadas.

O Produto 1 contará também com a entrega de um banco de dados parcial, conforme orientações definidas nas determinações e diretrizes. Junto ao banco de dados deverá ser entregue um manual para sua utilização, contendo especificações técnicas sobre os dados (dicionário dos dados), softwares, formas de acesso, passo a passo para utilização e geração de mapas, dentre outras diretrizes que facilitem e possibilitem a manipulação dos dados por qualquer interessado. O sistema gerenciador de banco de dados espaciais

deverá ser o PostgreSQL versão 14 e sua extensão espacial PostGIS versão 3. Além disso, a nomenclatura dos objetos do banco de dados deverá seguir o Manual de padronização de nomenclatura de objetos de banco de dados da ANA.

Além das definições supracitadas, o Produto 1 deverá conter em seu escopo, minimamente, as seguintes:

- Prerrogativas e procedimentos: a), b), c), d), e), f), g), m)
- Diretrizes e determinações: I, II, III, IV

O Produto 1 será encaminhado à AGEVAP e ao GTEE, ocasião em que deverão ser realizados os ajustes necessários e cabíveis para que esteja de acordo com as expectativas do grupo.

6.3. PRODUTO 2: MOBILIZAÇÃO, CONTATOS TÉCNICOS, VALIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE DADOS PRIMÁRIOS

A empresa contratada deverá identificar e listar os principais usuários e atores de interesse, bem como realizar mapeamento de atores-chave e representações setoriais na bacia.

Complementarmente, a empresa contratada deverá colocar em prática as ferramentas de comunicação e as estratégias de mobilização e articulação com os usuários e demais interessados, aprovadas no Plano de Trabalho e Mobilização.

Deverão ser realizadas reuniões e contatos técnicos para obtenção e validação dos dados secundários e obtenção de dados primários junto aos setores usuários e atores de interesse envolvidos. Os dados primários serão aqueles obtidos através das oficinas setoriais, enquetes, questionários online, pesquisa e entrevistas com atores estratégicos na bacia.

A empresa contratada deverá realizar um levantamento das perdas de água

das companhias de abastecimento humano e fazer análise desses quantitativos. Eventualmente, em locais com muitas perdas, deverão ser estimados cenários com perdas menores. No que cabe à irrigação, considerar cenários em que a aplicação de melhores tecnologias propicie uma diminuição da captação de água.

Outro ponto importante é o levantamento de práticas de reuso na bacia, a empresa deverá apresentar quais usuários levantados adotam o reuso de água e quais tecnologias utilizam. Deverá ser feita uma análise crítica dos resultados e da possibilidade de expansão do reuso na bacia e seu impacto.

Além disso, a contratada deverá identificar os empreendimentos relevantes previstos para implantação na bacia, que possam afetar de forma significativa as demandas de água, tais como, a implantação de hidrelétricas, termoelétricas, polos industriais, grandes empreendimentos de irrigação e novos locais de mineração.

A contratada deverá estruturar uma base de dados para armazenamento e organização das informações coletadas, considerando os programas e aplicativos disponíveis em código livre ou compatíveis com estes. A contratada deverá elaborar e apresentar um Relatório compilando as informações coletadas.

O Produto 2 contará também com a entrega de um banco de dados parcial, conforme orientações definidas nas determinações e diretrizes. Junto ao banco de dados, deverá ser entregue um manual para sua utilização, contendo especificações técnicas sobre os dados (dicionário dos dados), softwares, formas de acesso, passo a passo para utilização e geração de mapas, dentre outras diretrizes que facilitem e possibilitem a manipulação dos dados por qualquer interessado. O sistema gerenciador de banco de dados espaciais deverá ser o PostgreSQL versão 14 e sua extensão espacial PostGIS versão 3. Além disso, a nomenclatura dos objetos do banco de dados deverá seguir o Manual de padronização de nomenclatura de objetos de banco de dados da ANA.

Além das definições supracitadas, o Produto 2 deverá conter em seu escopo as seguintes:

- Prerrogativas e procedimentos: d), e), g), h), m)
- Diretrizes e determinações: I, II, III, IV, VIII, IX, XI

O Produto 2 será encaminhado à AGEVAP e ao GTEE, ocasião em que deverão ser realizados todos os ajustes necessários e cabíveis para que esteja de acordo com as expectativas do grupo.

6.4. PRODUTO 3: QUADRO DAS DEMANDAS HÍDRICAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL ATUAL E FUTURO

De posse dos dados e informações apresentados nos produtos anteriores, a contratada deverá realizar a atualização do quadro das demandas hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, considerando setores usuários específicos, isoladamente. Minimamente deverão ser considerados os seguintes usos: abastecimento urbano, abastecimento rural, indústria, termelétricas, mineração, irrigação, criação de animais e transposições.

Deverá apresentar os resultados da aplicação dos procedimentos metodológicos desenvolvidos, demonstrando e comentando a situação e a evolução do uso da água na bacia como um todo e em cada uma das bacias afluentes detalhadamente. A contratada deverá apresentar resultados das demandas para cada finalidade e tipologia de demanda selecionada, de forma ilustrativa utilizando tabelas, gráficos e mapas georreferenciados.

A contratada deverá, minimamente, estimar a demanda hídrica futura para os cenários de menor pressão, tendencial e maior pressão sobre os recursos hídricos, no horizonte de curto, médio e longo prazo (5, 10, 15 e 20 anos), identificando os principais usuários, através das vocações econômicas e documentos de planejamento e crescimento econômico.

Nessa etapa, deverão ser consideradas as mais diversas tecnologias que

podem auxiliar na otimização do consumo de água, como exemplo o reuso de água, bem como considerar o efeito das mudanças de uso e ocupação do solo e das mudanças climáticas nas demandas.

O produto contará também com a entrega de um banco de dados parcial, conforme orientações definidas nas determinações e diretrizes. Junto ao banco de dados, deverá ser entregue um manual para sua utilização, contendo especificações técnicas sobre os dados (dicionário dos dados), softwares, formas de acesso, passo a passo para utilização e geração de mapas, dentre outras diretrizes que facilitem e possibilitem a manipulação dos dados por qualquer interessado. O sistema gerenciador de banco de dados espaciais deverá ser o PostgreSQL versão 14 e sua extensão espacial PostGIS versão 3. Além disso, a nomenclatura dos objetos do banco de dados deverá seguir o Manual de padronização de nomenclatura de objetos de banco de dados da ANA.

Além das definições supracitadas, o Produto 3 deverá conter em seu escopo as seguintes:

- Prerrogativas e procedimentos: i), j), m), s)
- Diretrizes e determinações: V, VI, VII, VIII, IX

O Produto 3 será encaminhado à AGEVAP e ao GTEE, ocasião em que deverão ser realizados os ajustes necessários e cabíveis para que esteja de acordo com as expectativas do grupo.

6.5. PRODUTO 4: RELATÓRIO DO BALANÇO HÍDRICO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

A atualização do balanço hídrico quantitativo e qualitativo (atual e futuro - curto, médio e longo prazo: 5, 10, 15 e 20 anos) da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul deverá ser realizada a partir dos dados e informações apresentados nos produtos anteriores e dos resultados de outros dois estudos contratados pelo



CEIVAP, são eles:

Balanço Hídrico Quantitativo (atual e futuro): Resultados provenientes do Estudo das Disponibilidades Hídricas na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul – EDH-PS.

Balanço Hídrico Qualitativo (atual e futuro): Resultados provenientes da etapa técnico-propositiva para a construção do enquadramento das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

A atualização do balanço hídrico deverá considerar as vazões de referência $Q_{7,10}$, Q_{95} e Q_{90} anuais, mensais, bimestrais e trimestrais, tendo como resultado o comprometimento hídrico das bacias afluentes a um nível de detalhamento igual ou superior ao da base hidrográfica (a ser definida posteriormente), sendo que, obrigatoriamente, deverá ser utilizada a mesma base de dados utilizada no Estudo das Disponibilidades Hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Deverão ser pontuados os fatores de pressão sobre quantidade e qualidade dos recursos hídricos e as propostas de soluções para sanar ou amenizar estes problemas, identificando as áreas prioritárias para propostas de novas alternativas de ações, estudos específicos ou ações de gestão de recursos hídricos e de infraestrutura hídrica.

Os resultados obtidos com a atualização do balanço hídrico da bacia deverão permitir, que em condições de escassez e crise hídrica, se faça cenários de possíveis priorização dos usos.

Para isso, deverá ser definido, entre empresa, GTEE e AGEVAP, o que será considerado “condição de escassez” e como utilizá-la para a realização de cenários de balanço hídrico, seja pela aplicação de um fator sobre as disponibilidades hídricas ou valores mais críticos do que as vazões de referência. Além disso, as possíveis priorizações dos usos deverão ser analisadas, criticamente, através da construção de cenários de priorização de

usos (considerando as reduções percentuais de determinados usos consuntivos).

O produto contará também com a entrega de um banco de dados parcial, conforme orientações definidas nas determinações e diretrizes. Junto ao banco de dados, deverá ser entregue um manual para sua utilização, contendo especificações técnicas sobre os dados (dicionário dos dados), softwares, formas de acesso, passo a passo para utilização e geração de mapas, dentre outras diretrizes que facilitem e possibilitem a manipulação dos dados por qualquer interessado. O sistema gerenciador de banco de dados espaciais deverá ser o PostgreSQL versão 14 e sua extensão espacial PostGIS versão 3. Além disso, a nomenclatura dos objetos do banco de dados deverá seguir o Manual de padronização de nomenclatura de objetos de banco de dados da ANA.

Além das definições supracitadas, o Produto 4 deverá conter em seu escopo as seguintes:

- Prerrogativas e procedimentos: k), l), m), r)
- Diretrizes e determinações: V, VI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XIX

Produto 4 será encaminhado à AGEVAP e ao GTEE, ocasião em que deverão ser realizados os ajustes necessários e cabíveis para que esteja de acordo com as expectativas do grupo.

6.6. PRODUTO 5: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS CENÁRIOS DE ALTERAÇÃO DAS REGRAS OPERATIVAS DAS USINAS HIDROELÉTRICAS (UHE's) EXISTENTES NA BACIA

No sentido de mitigar uma eventual escassez hídrica, no qual tem-se cenários em que o balanço hídrico é desfavorável deve-se avaliar os impactos da alteração das regras operativas das usinas hidroelétricas (UHE's) existentes na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Avaliar o atendimento das demandas locais do complexo hidráulico da bacia do rio Paraíba do Sul (bacia interestadual, transposições e bacias receptoras das águas transpostas), incluindo, por exemplo, variações das cotas de operação e outras possíveis restrições (como aumento dos usos consuntivos ou taxas de variação de vazão), visando estimar eventuais efeitos físicos e econômicos sobre a geração de energia, inclusive o impacto em toda a cascata a jusante desses reservatórios, incluindo análises de risco de não suprimento de energia e potência ao complexo hidráulico da bacia.

Essas análises subsidiarão a proposição de estratégia ótima de utilização das fontes hídricas desses reservatórios em cenários de escassez hídrica. Esse estudo deve utilizar simulações que considerem o histórico de operação e identificar a frequência de ocorrência de condições de possível vulnerabilidade local ou sistemática, além dos possíveis conflitos no atendimento das necessidades das atividades associadas a cada setor usuário. As simulações devem considerar também o conjunto de metodologias utilizados pelo setor de energia e utilizar modelos computacionais com a representação do sistema eletroenergético brasileiro em horizontes de curto, médio e longo prazo, de modo a quantificar os impactos dos cenários em diferentes granularidades de tempo.

Também deverá ser feita uma avaliação da Resolução Conjunta ANA/DAEE/IGAM/INEA nº 1382/2015, através de simulações de situações de cheias e escassez hídrica contempladas ou não em seu escopo. Além disso, a empresa deverá analisar cenário anterior à aprovação da referida Resolução e realizar uma análise crítica, considerando as regras operativas atuais.

A análise deverá subsidiar a construção de possíveis propostas de aprimoramentos para a Resolução, que deverão ser apresentadas no produto. Para conhecimento, os resultados do produto deverão ser divulgados para os órgãos gestores atuantes na bacia.

O produto contará também com a entrega de um banco de dados parcial, conforme orientações definidas nas determinações e diretrizes. Junto ao banco

de dados, deverá ser entregue um manual para sua utilização, contendo especificações técnicas sobre os dados (dicionário dos dados), softwares, formas de acesso, passo a passo para utilização e geração de mapas, dentre outras diretrizes que facilitem e possibilitem a manipulação dos dados por qualquer interessado. O sistema gerenciador de banco de dados espaciais deverá ser o PostgreSQL versão 14 e sua extensão espacial PostGIS versão 3. Além disso, a nomenclatura dos objetos do banco de dados deverá seguir o Manual de padronização de nomenclatura de objetos de banco de dados da ANA.

Além das definições supracitadas, o Produto 5 deverá conter em seu escopo as seguintes:

- Prerrogativas e procedimentos: n), o), p)
- Diretrizes e determinações: XII, XVI

Produto 5 será encaminhado à AGEVAP e ao GTEE, ocasião em que deverão ser realizados os ajustes necessários e cabíveis para que esteja de acordo com as expectativas do grupo.

6.7. PRODUTO 6: AVALIAÇÃO DO IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL E DO IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BALANÇO HÍDRICO

O balanço hídrico se apresenta como uma ferramenta de gestão capaz de identificar pressões e potenciais conflitos que podem incidir sobre os recursos hídricos diante de diferentes cenários. É, portanto, um elemento fundamental para orientar a gestão e o planejamento nas bacias hidrográficas brasileiras, visando garantir a segurança hídrica.

Dito isso, a contratada deverá avaliar o impacto econômico e social do déficit hídrico considerando os principais usuários de recursos hídricos da bacia e avaliar estratégias de priorização das demandas no âmbito do balanço hídrico. Além disso, ao analisar os cenários envolvendo variáveis econômicas e sociais, deverá realizar uma análise crítica e comparativa com os anos afetados pela crise hídrica.

Por fim, o estudo do impacto econômico e social do déficit hídrico deverá apresentar uma estimativa do prejuízo financeiro pela redução do atendimento às demandas da bacia.

Outro ponto de destaque são as alterações no clima, que influenciam na média, na variância e/ou na distribuição de secas e cheias, bem como podem alterar os balanços hídricos. Assim, é fundamental a análise também da mudança do clima em processos de planejamento do país. A empresa, ao analisar os cenários envolvendo variáveis climáticas, deverá realizar uma análise crítica e comparativa com os principais períodos de estiagem na bacia, especialmente os anos afetados pela crise hídrica.

Face ao exposto, nesta atividade, a contratada deverá apresentar um histórico sobre eventos críticos hidrológicos ocorridos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (consultar dados do Plano de Gerenciamento de Riscos - PGR da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul), bem como estimar as causas de eventuais mudanças detectadas no ambiente, principalmente se estão relacionadas à mudança no uso e ocupação do solo e/ou climática.

Deverá ser avaliado o impacto das mudanças climáticas no balanço hídrico a partir de cenários de disponibilidade hídrica e demandas impactadas pelas alterações climáticas considerando o mais amplo espectro de cenários.

O produto contará também com a entrega de um banco de dados parcial, conforme orientações definidas nas determinações e diretrizes. Junto ao banco de dados, deverá ser entregue um manual para sua utilização, contendo especificações técnicas sobre os dados (dicionário dos dados), softwares, formas de acesso, passo a passo para utilização e geração de mapas, dentre outras diretrizes que facilitem e possibilitem a manipulação dos dados por qualquer interessado. O sistema gerenciador de banco de dados espaciais deverá ser o PostgreSQL versão 14 e sua extensão espacial PostGIS versão 3. Além disso, a nomenclatura dos objetos do banco de dados deverá seguir o Manual de padronização de nomenclatura de objetos de banco de dados da ANA.

O banco de dados parcial a ser entregue deverá ser dividido em dois blocos, um deles com os dados atuais da bacia e outro contendo os dados futuros calculados. O horizonte de planejamento do PIRH-PS deverá ser considerado.

Além das definições supracitadas, o Produto 6 deverá conter em seu escopo as seguintes:

- Prerrogativas e procedimentos: q), r), t), u)
- Diretrizes e determinações: X, XII, XVI

Produto 6 será encaminhado à AGEVAP e ao GTEE, ocasião em que deverão ser realizados os ajustes necessários e cabíveis para que esteja de acordo com as expectativas do grupo.

6.8. PRODUTO 7: RELATÓRIO FINAL E BANCO DE DADOS CONSOLIDADO

Deverá ser elaborado um produto com a consolidação dos produtos anteriores e reflexões sobre os resultados obtidos, de forma a dar origem ao Relatório Final do estudo de atualização do quadro das demandas hídricas e dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Obrigatoriamente, o Relatório Final deverá conter um item que apresente uma análise crítica dos desafios e avanços do processo de elaboração do estudo e de como influenciaram nos resultados alcançados. Além disso deverá conter um tópico de recomendações para estudos futuros.

Este produto deverá conter um resumo organizado, obtido a partir da integração e consolidação dos produtos anteriormente elaborados.

Na entrega do banco de dados consolidado, que será formado por uma base de dados de acesso local, contendo informações tabulares e espaciais a serem definidas durante a execução do contrato. Este banco deverá incluir todos os dados geoespaciais utilizados durante o desenvolvimento do estudo, que poderão ser visualizadas dinamicamente na forma de mapas temáticos e relatórios, devendo estar alinhados com o Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (SIGA).

Os dados geoespaciais deverão ser entregues no formato geopackage, SRID 4674(SIRGAS 2000), e deverá seguir a nomenclatura ET-EDGV-RH a ser disponibilizada pela ANA.

Embora o Sistema de Coordenadas Geográficas seja ideal para a representação de regiões extensas, não é adequado para medições de áreas, assim, segundo recomendações do IBGE, quando forem realizados cálculos de área, deverá ser utilizada a projeção “Albers Equal Área”. Caso bases de fontes secundárias tenham sistemas de referência ou de projeção diversos, deve-se executar as transformações necessárias para compatibilizar sua utilização, respeitando as normas e resoluções vigentes. Além da padronização do sistema de coordenadas, os dados coletados devem passar por análise topológica visando identificar e corrigir problemas de geometria e de atributos.

O sistema gerenciador de banco de dados espaciais deverá ser o PostgreSQL versão 14 e sua extensão espacial PostGIS versão 3. Além disso, a nomenclatura dos objetos do banco de dados deverá seguir o Manual de padronização de nomenclatura de objetos de banco de dados da ANA.

Pedimos que seja idealizado o modelo conceitual de banco de dados com a utilização da modelagem OMT-G.

Importante destacar que todas as informações e programas utilizados para a elaboração do estudo – banco de dados, bases, softwares, entre outros – deverão, obrigatoriamente, estar disponíveis gratuitamente, em código aberto, ou formatos compatíveis.

Além disso, deverá ser entregue um manual de utilização do banco de dados. Este deverá conter especificações técnicas sobre os dados (dicionário dos dados), softwares, formas de acesso, passo a passo para utilização e geração de mapas, dentre outras diretrizes que facilitem e possibilitem a manipulação dos dados por qualquer interessado.

Por fim, a empresa contratada deverá realizar uma capacitação demonstrativa, para a AGEVAP, GTEE e órgãos gestores, em formato de vídeo, ensinando o

passo a passo da utilização do banco de dados, conforme orientações descritas no manual.

Além das definições supracitadas, o Produto 7 deverá conter em seu escopo as seguintes:

- Prerrogativas e procedimentos: s), t)
- Diretrizes e determinações: XII, XVI

O Produto 7 será encaminhado à AGEVAP e ao GTEE, ocasião em que deverão ser realizados os ajustes necessários e cabíveis para que esteja de acordo com as expectativas do grupo.

7. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES

A contratada deverá realizar diferentes formatos de reuniões ao longo da contratação, sendo elas:

- Reuniões entre a CONTRATADA, a AGEVAP e o GTEE, nas diversas fases e etapas do trabalho;
- Reuniões técnicas e de articulação com os órgãos gestores e setores usuários;
- Oficinas técnicas participativas.

7.1. Reuniões com a AGEVAP e o Grupo de Trabalho (GT)

A empresa contratada participará, minimamente, de uma reunião, virtual ou presencial (a ser definido no plano de trabalho), para a apresentação e discussão de cada produto com o GTEE. A primeira versão do produto deverá ser disponibilizada ao grupo até 10 (dez) dias antes da reunião. Caso seja necessário, outras reuniões poderão ser solicitadas e acordadas.

Além disso, poderão ser necessárias reuniões adicionais com outras instâncias do comitê, como o Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da

Operação Hidráulica na bacia do rio Paraíba do Sul, para atuação conjunta com o Comitê da bacia do rio Guandu – GTAOH, Câmara Técnica Consultiva – CTC e Plenária do CEIVAP.

7.2. Reuniões técnicas e de articulação com os órgãos gestores e setores usuários;

Deverão ser realizadas reuniões técnicas com os órgãos gestores e setores usuários, visando a obtenção e validação de dados e informações, bem como realização de reuniões de articulação para mobilização dos atores envolvidos, participação, discussão e pactuação de temas afins ao estudo em elaboração.

7.3. Oficinas técnicas participativas com atores estratégicos

As oficinas participativas serão realizadas para apresentação do conteúdo prévio do “Produto 1: Articulação e consolidação de dados secundários” e “Produto 2: Mobilização, contatos técnicos, validação e consolidação de dados primários”, bem como para a coleta de subsídios técnicos, validação de dados, informações, levantamento de contribuições e retirada de dúvidas. O conteúdo discutido deverá ser considerado para a elaboração da versão final dos produtos.

A empresa contratada será responsável pelo processo de mobilização, divulgação, organização e condução do evento.

7.4. Mobilização e participação dos atores estratégicos

Deverá ser realizada ampla campanha de mobilização para os eventos de participação, por meio de informes eletrônicos e contatos telefônicos, visando quórum representativo e ampla participação nas oficinas técnicas que ocorrerão no “Produto 1: Articulação e consolidação de dados secundários” e “Produto 2: Mobilização, contatos técnicos, validação e consolidação de dados primários”.

As reuniões deverão ser suficientemente instrumentalizadas com conceitos e resultados dos estudos. Todo o material de divulgação e metodologia a ser aplicada durante as reuniões deverão ser objeto de aprovação prévia da AGEVAP.

A contratada deverá buscar ferramentas de participação e coleta de dados, através de enquetes, questionários online, pesquisa e entrevistas com atores estratégicos na bacia. Ressalta-se a importância dessa etapa, uma vez que o objetivo é a ampla coleta de informações.

Poderão ser solicitadas, caso necessário, outras reuniões estratégicas com a AGEVAP, CEIVAP, Comitês Afluentes ou demais atores atuantes na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

No Plano de Trabalho a ser apresentado pela contratada deverão ser indicadas, especificamente, todas as reuniões propostas, respeitando o escopo do Termo de Referência.

A contratada deverá providenciar a transmissão, moderação e organização das reuniões e oficinas que, ocasionalmente, venham a ser transmitidos no Youtube do CEIVAP, bem como fomentar a produção de vídeos de divulgação dos resultados.

Todo o conteúdo informativo e de divulgação deverá ser revisado pela AGEVAP, e precisará ser elaborado considerando a identidade visual do Comitê.

8. APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Todos os produtos, em suas versões preliminares, deverão ser entregues para análise através de meio digital. Os ajustes e correções ou justificativas de não atendimento aos apontamentos, porventura sugeridos pela AGEVAP ou pelo GTEE do CEIVAP, deverão ser considerados na versão final do Produto, requisito para liberação do pagamento.

Junto aos produtos deverá ser entregue uma planilha de controle com atendimento ou não atendimento e justificativas, referente às solicitações de ajustes e melhorias realizadas pelo GTEE e AGEVAP, para controle das versões e revisões dos documentos.

Para avaliação e aprovação dos produtos, a contratada deverá apresentá-los em formato editável (.doc, .xls, .ppt, .dwg., .shp, .kml, etc), contendo todos os

documentos que o constituem. Além disso, os produtos devem ser organizados e disponibilizados em drive compartilhado com a AGEVAP.

A contratada deverá exercer rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas, tanto no texto como nos mapas. O referido controle deve ser orientado para: clareza, objetividade, consistência das informações, justificativas de resultados, texto isento de erros de português e de digitação.

A apresentação dos trabalhos deverá ser da melhor qualidade, de modo a refletir o padrão de qualidade da própria contratada. Todos os produtos, em suas versões preliminares, deverão ser entregues para análise através de meio digital.

Após a aprovação a versão final de cada produto deverá ser entregue conforme descrito a seguir:

- *Meio Digital:* Todos os produtos deverão ser apresentados em formato editável e PDF.

Complementarmente, devem ser observadas também as seguintes especificações:

- Páginas numeradas: todas devem ser numeradas, inclusive páginas com mapas, fotografias, gráficos, quadros, tabelas, croquis e todas as outras formas de ilustração, bem como todos os anexos;
- Sumário: deve constar a lista dos títulos e subdivisões dos itens e as respectivas páginas onde podem ser encontrados no documento;
- Lista de figuras, tabelas e mapas;
- Lista de siglas e abreviações: as siglas e abreviações usadas ao longo do texto devem estar escritas por extenso. As siglas, na primeira vez que aparecerem, serão precedidas do seu significado por extenso e, depois, a sigla vem dentro de parênteses;
- As unidades de medida deverão seguir o Sistema Métrico Internacional, o qual é adotado pelo Brasil, sendo que as medidas devem ser usadas abreviadas e nunca por extenso (ex.: km; m; m²; cm³ etc.); aquelas que

não pertencem a este sistema e sejam pouco conhecidas deverão ser explicadas na primeira vez em que forem citadas;

- Nas referências bibliográficas, como indicado no nome, só constará o que foi citado no texto e, diferentemente das normas da ABNT, a data da publicação vem logo depois do(s) autor(es), somente com iniciais maiúsculas. Os demais dados aparecerão na ordem indicada pelas normas da ABNT.
- Os documentos devem ser ilustrados com tabelas, mapas, quadros, formulários, entre outros elementos que se fizerem necessários para compreensão perfeita das proposições, e deverão obedecer às seguintes recomendações:
 - Todas as ilustrações (mapas, tabelas, quadros, fotografias, croquis e outras) terão que estar enumeradas na sequência em que são citadas no texto, apresentar legenda e títulos completos e autoexplicativos;
 - Todos os relatórios devem vir acompanhados das respectivas memórias de cálculo, quando necessário.

No caso da elaboração de planilhas de cálculo e dimensionamento, estas devem contar com memória de cálculo, sendo mantidas todas as fórmulas e células interligadas e apontados os arredondamentos aplicados e premissas de cálculo assumidos.

Todos os documentos devem ser nominados e numerados de forma a identificar a sua respectiva versão.

9. CRONOGRAMA

Todas as atividades deverão ser executadas **no prazo máximo de 20 (vinte) meses corridos**, contados a partir da ordem de serviço para execução do contrato, seguindo o cronograma físico-financeiro aprovado no Plano de

Trabalho da instituição contratada. No ANEXO I é apresentado o cronograma físico-financeiro padrão da contratação.

10. EQUIPE TÉCNICA

A elaboração do Estudo de atualização do quadro das demandas hídricas e dos balanços hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul consiste em atividade complexa, assim, a proponente deverá apresentar equipe técnica com capacidade técnica e porte compatível com os trabalhos objeto deste Termo de Referência. Essa equipe técnica deverá ser alocada aos trabalhos de forma a atender às demandas e cronologia de trabalho propostas.

Enfatizamos que a AGEVAP, ao elaborar esse termo de referência e orçamento, se baseou no disposto na Portaria nº 363, de 02/02/2021, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

A exigência do tempo de formação acadêmica foi baseada na qualificação exigida para equipe constante da tabela de preços de consultoria do DNIT (2021), que constitui referência de mercado conforme Acórdão 1.787/2011-TCU-Plenário (peça 17, p.18).

Para a execução plena das atividades descritas no presente Termo de Referência, a instituição contratada deverá constituir e manter uma equipe técnica compatível com os requisitos apresentados abaixo.

10.1. EQUIPE TÉCNICA PERMANENTE

Entende-se por equipe técnica permanente o conjunto de profissionais de nível superior que, cada um em sua especialidade, estará à frente das atividades do projeto, organizando os trabalhos, orientando as equipes de consultores, definindo metodologias e procedimentos a serem aplicados, realizando atividades, avaliando e interpretando os resultados obtidos, respondendo por sua área de especialização e participando de reuniões técnicas com a equipe do GTEE, CEIVAP e AGEVAP.

A equipe técnica permanente será composta por 1 (um) coordenador geral e 1 (um) especialista em hidrologia, conforme matriz de competência apresentada a seguir.

A empresa contratada se obriga a manter esta formação de equipe durante todo o contrato. Na necessidade de substituição de algum dos membros desta equipe, seja em caráter temporário (férias, afastamento) ou permanente (rescisão contratual), deverá ser providenciado, antecipadamente, membro substituto com semelhante expertise técnica previamente aprovado pela AGEVAP.

O não cumprimento do disposto implicará em glosa do percentual relativo ao custo com o membro da equipe técnica permanente não atuante na consecução dos produtos apresentados para medição. Os percentuais aplicados serão os mesmos apresentados na planilha orçamentária do ANEXO II do presente Termo de Referência.

A equipe técnica permanente deverá ser constituída por profissionais com as seguintes qualificações:

a) 1 (um) Coordenador geral

O “coordenador geral” é o profissional responsável pelo planejamento de todas as atividades descritas no presente Termo de Referência, atuando na elaboração e execução plena do Plano de Trabalho, bem como em todos os demais produtos contratados.

Para tanto, deverá atender aos seguintes requisitos obrigatórios:

Formação mínima: engenharia civil, engenharia ambiental, engenharia hídrica ou áreas correlatas;

Tempo mínimo de formação: 10 (dez) anos;

Experiência comprovada na coordenação de equipe multidisciplinares na execução de estudos relacionados à gestão de recursos hídricos e estudos hidrológicos.

b) 1 (um) Especialistas pleno em hidrologia

Formação mínima: nível superior em engenharia civil, engenharia ambiental, engenharia hídrica ou áreas correlatas;

Tempo mínimo de formação: 5 (cinco) anos;

Experiência comprovada em projetos/estudos relacionados à hidrologia, demandas e balanços hídricos.

10.2. **EQUIPE TÉCNICA DE CONSULTORES**

Entende-se por equipe técnica de consultores, o conjunto de profissionais de nível superior, de notório conhecimento e com contribuições relevantes na sua área de atuação, a serem devidamente consultados ao longo da execução deste trabalho.

A equipe técnica de consultores atuará sob a coordenação da equipe técnica permanente na elaboração do Estudo de atualização do quadro das demandas hídricas e atualização dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Será composta por 6 (seis) especialistas que, conforme matriz de competência apresentado a seguir, complementarão a expertise técnica multidisciplinar exigida para a elaboração deste estudo.

Na necessidade de substituição de algum dos membros desta equipe, seja em caráter temporário (férias, afastamento) ou permanente (rescisão contratual) deverá ser providenciado, antecipadamente, membro substituto com semelhante expertise técnica previamente aprovado pela AGEVAP.

O não cumprimento do disposto implicará em glosa do percentual relativo ao custo com o membro da equipe técnica de consultores não atuante na consecução dos produtos apresentados para medição. A perda de qualidade nos produtos referente a ausência implicará em glosa integral do produto. Os percentuais aplicados serão os mesmos apresentado na

planilha orçamentária do ANEXO II do presente Termo de Referência.

A equipe técnica de consultores deverá ser constituída, minimamente, por profissionais com as seguintes qualificações:

a) 1 (um) Especialista pleno em demandas hídricas

Formação mínima: nível superior em engenharia civil, engenharia ambiental, engenharia hídrica ou áreas correlatas;

Tempo mínimo de formação: 5 (cinco) anos;

Experiência comprovada em projetos/estudos relacionados ao levantamento e análise de demandas hídricas.

b) 1 (um) Especialista júnior em geoprocessamento (bases hidrográficas, banco de dados etc.)

Formação mínima: nível superior em geografia ou áreas correlatas;

Tempo mínimo de formação: 2 (dois) anos;

Experiência comprovada em sistema de informações geográficas/geoprocessamento em estudos relacionados aos recursos hídricos, manipulação de bases hidrográficas e banco de dados.

c) 1 (um) Especialista pleno em mobilização social e articulação

Formação mínima: serviço social, comunicação social ou áreas correlatas;

Tempo mínimo de formação: 5 (cinco) anos;

Experiência profissional em planejamento participativo e moderação de grupos em reuniões e eventos participativos.

d) 1 (um) Especialista pleno em qualidade da água

Formação mínima: engenharia civil, engenharia ambiental, engenharia hídrica ou áreas correlatas;

Tempo mínimo de formação: 5 (cinco) anos;

Experiência comprovada na elaboração de estudos de recursos hídricos que incluam modelagem de qualidade de água.

e) 1 (um) Especialista pleno em mudanças climáticas

Formação mínima: engenharia civil, engenharia ambiental, engenharia hídrica ou áreas correlatas;

Tempo mínimo de formação: 5 (cinco) anos;

Experiência comprovada na elaboração de estudos de mudanças climáticas e seus efeitos objetivos sobre a hidrologia

f) 1 (um) Especialista pleno em análises econômicas e sociais

Formação mínima: economia, ciências econômicas, engenharias ou áreas correlatas;

Tempo mínimo de formação: 5 (cinco) anos;

Experiência comprovada na elaboração de estudos de análise de impacto econômico e social relacionados a estudos hidrológicos.

Por não pontuarem, a formação e a experiência dos membros da equipe técnica de consultores deverão ser comprovadas e aprovadas pela AGEVAP como pré-requisito para a emissão da Ordem de Serviço e início das atividades.

Ainda, a equipe técnica poderá incluir outros consultores que possam apoiá-la na execução de serviços especializados e, também, profissionais (sênior, pleno e júnior) e técnicos para apoio à execução das diversas atividades previstas.

A equipe técnica deverá possuir capacitação adequada à realização das

atividades propostas. A responsabilidade pela execução dos trabalhos deverá ser de profissionais com registro no respectivo conselho de classe e com reconhecida experiência na execução de trabalhos similares aos propostos neste Termo de Referência.

11. CUSTO TOTAL E VIGÊNCIA

O valor máximo que será destinado ao contrato, em consonância com o presente Termo de Referência, é de R\$ 1.273.871,81 (um milhão duzentos e setenta e três mil oitocentos setenta e um reais e oitenta e um centavos). O custo total corresponde a entrega dos 8 Produtos, conforme percentual apresentado na Quadro 5.

Quadro 5. Lista de Produtos previsto para a EDBH-PS

Produto	Percentual (%)
PLANO DE TRABALHO E MOBILIZAÇÃO CONSOLIDADO	4,2
ARTICULAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE DADOS SECUNDÁRIOS	10,3
MOBILIZAÇÃO, CONTATOS TÉCNICOS, VALIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE DADOS PRIMÁRIOS	12,5
QUADRO DAS DEMANDAS HÍDRICAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL ATUAL E FUTURO	16,9
RELATÓRIO DO BALANÇO HÍDRICO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL	17,7
AValiação DOS IMPACTOS DOS CENÁRIOS DE ALTERAÇÃO DAS REGRAS OPERATIVAS DAS USINAS HIDROELÉTRICAS (UHE's) EXISTENTES NA BACIA	12,8
AValiação DO IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL E DO IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BALANÇO HÍDRICO	15,8
RELATÓRIO FINAL E BANCO DE DADOS CONSOLIDADO	9,8

O prazo para desenvolvimento do objeto deste Termo de Referência será de 20 (vinte) meses, contados a partir da data da Ordem de Serviço.

O Contrato, no entanto, terá vigência de 21 (vinte e um) meses, também

contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, para a realização da finalização contratual e encerramento dos processos administrativos internos.

Os custos com a equipe deverão, obrigatoriamente, respeitar o piso salarial da carreira do respectivo profissional.

12. PAGAMENTOS DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser entregues e pagos de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado no ANEXO I, respeitados os percentuais de repasse estabelecidos pela AGEVAP.

Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, que será emitida mediante solicitação da AGEVAP, após aprovação final do respectivo produto. O pagamento será realizado por meio de depósito em conta vinculada ao CNPJ do fornecedor e/ou boleto bancário.

Além da medição e aprovação prévia dos produtos, o pagamento estará condicionado à consulta das certidões negativas da Receita Federal/Previdência Social, FGTS, bem como certidões estadual e municipal na data do pagamento. Caso a consulta apresente inadimplência da instituição contratada a mesma deverá providenciar regularização dos débitos dentro do prazo de vigência da Nota Fiscal emitida ou providenciar nova emissão de uma nota fiscal, sem ônus para a contratante.

No caso de a fatura não ser aceita pela contratante, será devolvida à contratada para as devidas correções, sem ônus para a contratante, com as informações que motivaram sua rejeição.

13. ACOMPANHAMENTO

Os trabalhos a serem realizados de acordo com este Termo de Referência serão acompanhados pelo gestor do contrato da AGEVAP e pelo Grupo de Trabalho de Estudos Estratégicos (GTEE) designado pelo CEIVAP.

Todos os resultados e produtos deverão ser apresentados previamente para a avaliação da equipe técnica da AGEVAP, e ao GTEE para análise e contribuições, para posterior aprovação pela AGEVAP.

Posteriormente, após aprovação, os resultados ou produtos estarão aptos a ser divulgados ou mesmo apresentados em reuniões de âmbito mais amplo (CEIVAP e AGEVAP).

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA, Agência Nacional de Águas. Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil. 2019. Disponível em <http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/central-de-publicacoes/ana_manual_de_usos_consuntivos_da_agua_no_brasil.pdf/view> Acesso em: abril de 2023.

BRASIL. Lei Federal nº 9433/1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm>. Acesso: em abril 2023.

CEIVAP, Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (PIRH-PS). 2021. Disponível em <http://18.229.168.129:8080/publicacoesArquivos/ceivap/arq_pubMidia_Processo_030-2018-RF01.pdf>. Acesso em: abril de 2023.

CEIVAP, Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Manual Operativo – Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (PIRH-PS). 2021. Disponível em <http://18.229.168.129:8080/publicacoesArquivos/ceivap/arq_pubMidia_Processo_030-2018_MOP.pdf>. Acesso em: março de 2023.

CEIVAP, Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, Deliberação CEIVAP nº 237/2016. Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PAP), período de 2022 a 2025. Disponível em: < <https://ceivap.org.br/deliberacao/2021/deliberacao-ceivap-305.pdf> >. Acesso em: dezembro 2022.

MDR, Ministério do Desenvolvimento Regional. Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040 – Volume II. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/plano-nacional-de-recursos-hidricos-1/Plano%20de%20Acao%20e%20Anexo%20Normativo%20para%20apreciacao%20do%20CNRH/plano-de-acao_pnrhv2022_cnrh-versaofinal-22-03-21.pdf>. Acesso em abril 2022

(assinado eletronicamente)

Ingrid Delgado Ferreira

Especialista em Recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)

Marina Mendonça Costa de Assis

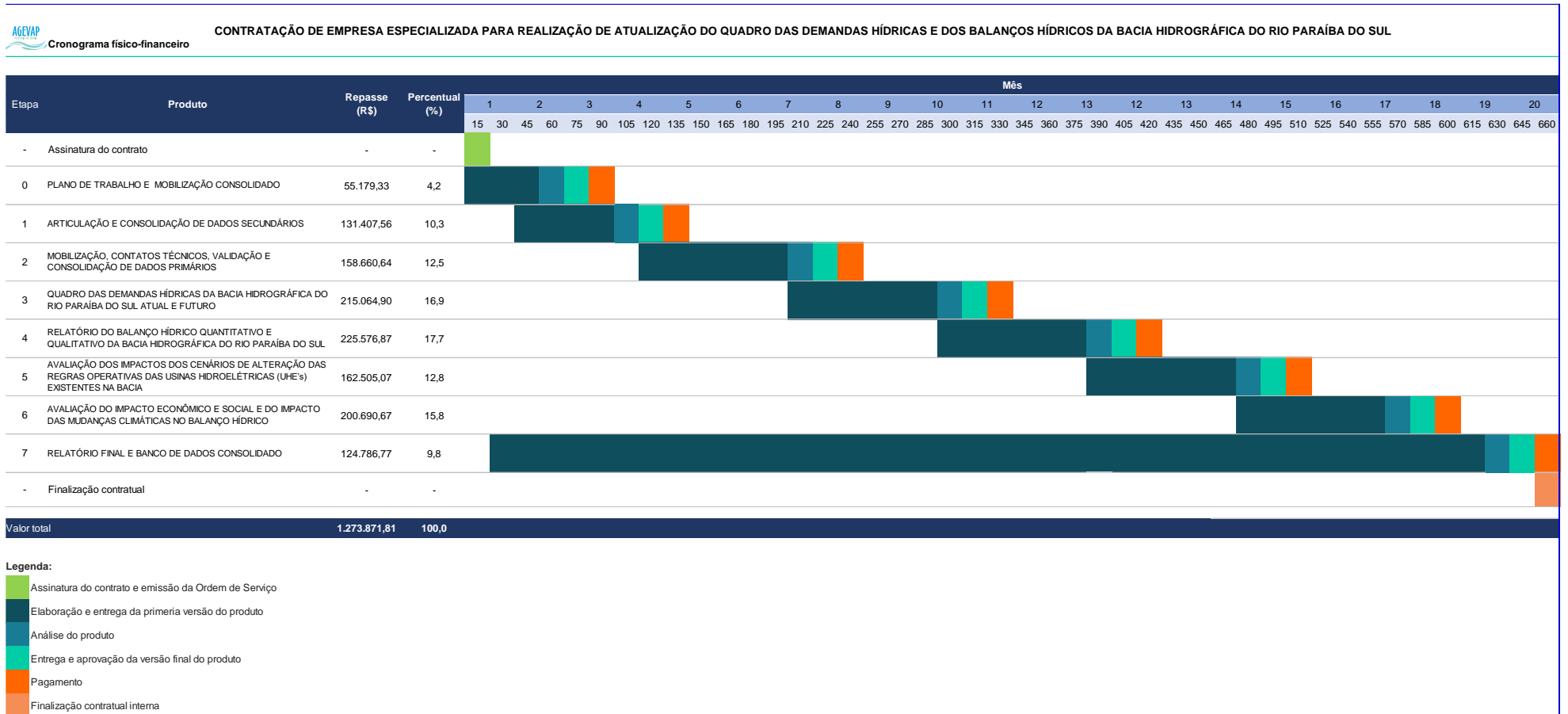
Gerente de Recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)


Aline Raquel de Alvarenga

Gerente de Recursos Hídricos

ANEXO I – CRONOGRAMA



ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DO QUADRO DAS DEMANDAS HÍDRICAS E DOS BALANÇOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL									
Planilha Orçamentária Consolidada									
Item	Especificação	Fonte	Cód.	Custo unitário (R\$)	Un.	Quant.	Custo total (R\$)	Custo total com K (R\$)	Peso (%)
1	Equipe técnica							1.256.453,51	98,6
	<i>Permanente</i>							820.136,49	64,4
1.1	Coordenador Geral	DNIT	P8061	102,16	hora	1.332,00	136.077,12	342.914,34	26,9
1.2	Especialista em Hidrologia - Profissional Pleno	DNIT	P8058	73,12	hora	2.589,91	189.373,87	477.222,15	37,5
	<i>Consultores</i>							436.317,02	34,2
1.3	Especialista em Demandas Hídricas - Profissional Pleno	DNIT	P8058	81,64	hora	1.307,33	106.730,69	185.711,40	14,6
1.4	Especialista em Geoprocessamento - Profissional Júnior	DNIT	P8183	21,90	hora	1.011,00	22.140,90	38.525,17	3,0
1.5	Especialista em Mobilização Social e Articulação - Profissional	DNIT	P8020	24,12	hora	518,00	12.494,16	21.739,84	1,7
1.6	Especialista em Qualidade da Água - Profissional Pleno	DNIT	P8058	81,64	hora	493,00	40.248,52	70.032,42	5,5
1.7	Especialista em Mudanças Climáticas - Profissional Pleno	DNIT	P8058	81,64	hora	666,00	54.372,24	94.607,70	7,4
1.8	Especialista em Análises Econômicas e Sociais - Profissional F	DNIT	P8046	39,92	hora	370,00	14.770,40	25.700,50	2,0
2	Serviços de apoio técnico							17.418,30	1,4
	<i>Outras despesas</i>								
2.1	Veículo leve - 53 kW	DNIT	E8889	245,76	dia	20,00	4.915,20	6.242,30	0,0
2.2	Diárias	AGEVAP	-	220,00	unidade	40,00	8.800,00	11.176,00	0,0
Valor total (R\$)								1.273.871,81	100,0
Os K's foram calculados através de fórmulas estabelecidas pelo Acórdão 1.787/2011. Os parâmetros utilizados foram estabelecidos pela Nota Técnica Conjunta nº 01/2012/SIP/SAF da Agência Nacional de Águas.									
Item	Custo	Aliquota							
ES	Encargos sociais	81,79%							
ESA	Encargos sociais sobre RPA	20,00%							
ARDF	Administração, risco e despesas financeiras	17,29%							
L	Lucro	8,76%							
DFL	Despesas fiscais legais - (PIS+COFINS+ISS) / (1-PIS+COFINS+ISS)	16,62%							
PIS		1,65%							
COFINS		7,60%							
ISS		5,00%							
K1	<i>Equipe permanente</i>	(1+ES+ARDF)*(1+L)*(1+DFL)							2,52
K2	<i>Equipe de consultores</i>	(1+ESA+ARDF)*(1+L)*(1+DFL)							1,74
K3	<i>Despesas de serviços de apoio técnico</i>	(1+L)*(1+DFL)							1,27
K4	<i>Despesas diversas</i>	(1+L)*(1+DFL)							1,27

ANEXO III – ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA

1. INFORMAÇÕES GERAIS

As propostas técnicas apresentadas serão avaliadas de acordo com os critérios definidos neste documento.

Para julgamento das propostas técnicas, serão avaliadas e pontuadas as documentações que se encontrem incluídas nos seguintes quesitos:

Quesito A: Experiência da Empresa Proponente (0 – 30 pontos).

Quesito B: Experiência e o Conhecimento Específico da Equipe Técnica (0 – 20 pontos).

Quesito C: Conhecimento do Problema/Metodologia/Plano de Trabalho (0 - 50 pontos).

A nota da proposta técnica será dada pelo somatório dos pontos alcançados pelo proponente (Nota da Proposta Técnica = PT), em cada quesito, conforme explicitado abaixo:

$$PT = \text{Quesito A} + \text{Quesito B} + \text{Quesito C}$$

Serão desclassificadas as propostas que não alcançarem a Nota da Proposta Técnica mínima de 50 (cinquenta) pontos.

Serão desclassificadas as propostas que não alcançarem 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima do Quesito C.

Serão desclassificadas as propostas que obtiverem nota zero em algum dos Quesitos.

2. DESCRIÇÃO DOS QUESITOS

Quesito A: Experiência da Empresa Proponente

A comprovação da experiência da instituição proponente, **para fins de pontuação** da proposta técnica, dar-se-á através da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, expedidos por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual

ou Municipal, ou por empresa particular, que comprovem ter, a proponente, prestado serviços de acordo com o objeto deste Ato Convocatório.

Todos os atestados apresentados deverão estar devidamente autenticados por cartório competente. Caso contrário, os documentos serão desconsiderados.

No caso de empresas consorciadas, as experiências podem ser complementares, ou seja, serão aceitos atestados em nome das empresas integrantes do consórcio.

Só serão aceitos atestados de objetos concluídos.

Serão computados até o máximo de **30 (trinta) pontos**, isto é, serão aceitos, no máximo, **3 (três) atestados válidos**, sendo computados **10 (dez) pontos por atestado**.

Os atestados serão avaliados na ordem em que forem apresentados. **Não serão aceitos mais que 3 (três) atestados**. Os que ultrapassarem, na ordem de apresentação, não serão analisados.

Serão considerados os atestados de comprovação da Experiência da Empresa Proponente (Quesito A) que sejam nas seguintes áreas:

- I. Elaboração de estudos hidrológicos relacionados ao levantamento e análise de demandas hídricas em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado;
- II. Elaboração de estudos hidrológicos de balanço hídrico quantitativo e qualitativo em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado;
- III. Elaboração de estudos sobre o impacto das mudanças climáticas e seus efeitos sobre as demandas e balanços hídricos ou estudos que contemplem, em seu conteúdo, análise completa sobre mudanças climáticas e seus efeitos objetivos sobre as demandas e balanços hídricos. Limitado a 1 (um) atestado.

Quesito B: Experiência da Equipe Técnica

Equipe Técnica Permanente

A comprovação da experiência profissional da Equipe Técnica Permanente, para fins de pontuação da proposta técnica, dar-se-á através da análise dos Diplomas

(graduação) e Atestados de Capacidade Técnica, expedidos por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou por empresa particular, que comprovem ter, os profissionais, prestado serviços de acordo com os critérios definidos para a função pretendida e compatível ao objeto do Ato Convocatório. Os atestados deverão ser acompanhados das Certidões de Acervo Técnico (CATs), emitidas pelo Conselho de Classe Profissional.

Para todos os profissionais da Equipe Técnica Permanente deverão ser apresentadas declarações assinadas de concordância com a indicação, especificando a função pretendida.

Todos os atestados e diplomas apresentados deverão estar devidamente autenticados por cartório competente. Caso contrário, os documentos serão desconsiderados.

Caso algum dos profissionais da Equipe Técnica Permanente venha a zerar a pontuação técnica a empresa será desclassificada.

Para fins de pontuação dos profissionais serão consideradas os critérios definidos a seguir.

B. 1 Coordenador do projeto

A pontuação máxima do Coordenador do projeto é de 10 (dez) pontos.

Comprovação da experiência profissional

A comprovação da experiência profissional será feita através da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica que comprovem ter o profissional, prestado serviços compatíveis ao objeto do Ato Convocatório.

Deverá ser apresentado no mínimo um atestado, dentre os três que serão apresentados, comprovando o exercício da função de coordenação de equipes multidisciplinares.

Para fins de pontuação poderão ser apresentados no máximo 2 (dois) atestados. Serão atribuídos 5 (cinco) pontos para cada atestado, sendo o somatório total de, no máximo, 10 (dez) pontos.

Serão considerados os atestados de comprovação da Experiência do Coordenador que sejam nas seguintes áreas:

- I. Elaboração de estudos hidrológicos relacionados ao levantamento e análise de demandas hídricas em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado;
- II. Elaboração de estudos hidrológicos de balanço hídrico quantitativo e qualitativo em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado.

Os atestados serão avaliados na ordem que forem apresentados. Os que ultrapassarem, na ordem de apresentação, não serão analisados.

B. 2 Especialista em Hidrologia – Profissional Pleno

A pontuação máxima do Especialista em Hidrologia – Profissional Pleno é de 10 (dez) pontos.

Comprovação da experiência profissional

A comprovação da experiência profissional será feita através da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica que comprovem ter o profissional, prestado serviços de acordo com os critérios apresentados no Termo de Referência para a função de Especialista em Hidrologia – Profissional Pleno e compatível ao objeto do Ato Convocatório.

Para fins de pontuação poderão ser apresentados no máximo 2 (dois) atestados. Serão atribuídos 5 (cinco) pontos para cada atestado, sendo o somatório total de, no máximo, 10 (dez) pontos.

Serão considerados os atestados de comprovação da Experiência do Especialista em Hidrologia – Profissional Pleno que sejam nas seguintes áreas:

- I. Elaboração de estudos hidrológicos relacionados ao levantamento e análise de demandas hídricas em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado;
- II. Elaboração de estudos hidrológicos de balanço hídrico quantitativo e qualitativo em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado;

Os atestados serão avaliados na ordem que forem apresentados. Os que ultrapassarem, na ordem de apresentação, não serão analisados.

Quesito C: Metodologia/Plano de Trabalho

O conteúdo do documento referente ao Quesito C deverá estar de acordo com as indicações e recomendações existentes no Termo de Referência.

A proponente deverá descrever com objetividade a Metodologia e o Plano de Trabalho, demonstrando Conhecimento do Problema, para desenvolvimento dos serviços, de acordo com a descrição dos subcritérios e respeitando o limite máximo de páginas para cada um deles.

Na tabela a seguir é explicitada a pontuação de cada um dos subcritérios.

Quesito	Descrição do Quesito	Pontos máximos
C	Proposta Técnica	50
C.1	Metodologia	40
C.2	Plano de Trabalho	10

Cada subcritério (Metodologia e Plano de Trabalho) do documento apresentado no Quesito C será avaliado separadamente, sendo atribuídas pontuações diferenciadas para cada um, conforme explicitado a seguir.

Subcritério	Descrição do Subcritério	Pontos máximos	Limite de páginas
C.1	Metodologia	40	30
	(i) Articulação e consolidação de dados secundários:		
	Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos de organização para a etapa de articulação, bem como obtenção e consolidação de dados secundários.	3	3
	(ii) Mobilização, contatos técnicos, validação e consolidação de dados primários:		
	Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos de organização relacionadas ao processo de mobilização, realização de reuniões e contatos técnicos, bem como validação e consolidação dos dados primários.	3	2
	(iii) Quadro das demandas hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul:		
	Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos para a construção do quadro das demandas hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, atual e futuro.	8	5

(iv) Balanço hídrico quantitativo e qualitativo da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul:			
Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos a serem utilizados para a concepção do balanço hídrico quantitativo e qualitativo da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.	8	5	
(v) Avaliação dos impactos dos cenários de alteração das regras operativas das (UHE's) existentes na bacia:			
Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos de a serem utilizados para avaliar os impactos dos cenários de alteração das regras operativas das (UHE's) existentes na bacia:	5	4	
(vi) Avaliação do impacto econômico e social e do impacto das mudanças climáticas no balanço hídrico:			
Diretrizes, estratégias metodológicas e técnicas de avaliação do impacto econômico e social proveniente do déficit hídrico, bem como das mudanças climáticas no balanço hídrico.	5	5	
(vii) Relatório final e banco de dados:			
Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos de organização do relatório final do estudo, bem como organização, apresentação e desenvolvimento dos bancos de dados parciais e final.	5	4	
(viii) Fluxograma:			
Apresentação gráfica do fluxo e encadeamento das atividades metodológicas a serem realizadas na elaboração do EDBH.	3	2	
C.2	Plano de Trabalho	10	5
Descrição e detalhamento das atividades e seu encadeamento em relação aos produtos, cronograma físico e alocação de equipe.	6	3	
Apresentação gráfica do fluxo de trabalho e encadeamento das atividades a serem realizadas na elaboração do EDBH	4	2	

O limite de páginas considera o documento formatado em tamanho A4, fonte Arial 12 e espaçamento da margem esquerda de 2,5 cm. Os subcritérios serão avaliados considerando a variação de até uma página a mais ou a menos de acordo com o indicado no quadro acima, porém o número máximo de páginas (35) deverá ser respeitado. Caso a proposta ultrapasse o número máximo de páginas estabelecido, as que excederem não serão consideradas para a análise.

A avaliação e pontuação dos subcritérios serão baseadas no cumprimento do solicitado na Descrição do Subcritério e na conformidade com todo o Termo de Referência, considerando o grau de abordagem, coerência, clareza e objetividade do texto e qualidade da apresentação, que conduzirão aos conceitos e pontuações detalhadas a seguir.

	Conceito	% do item
a)	Não abordado ou indevidamente abordado	0
	Quando o texto não considerar o tema indicado ou quando o texto e as informações não corresponderem ao objeto da proposta, ou ainda, quando estes forem contraditórios.	
b)	Insuficiente	1 a 30
	Quando o texto e/ou as informações estiverem incompletos ou quando não for abordado algum aspecto do problema/objeto ou ainda quando as informações insuficientes para a completa compreensão do tema abordado	
c)	Regular	31 a 70
	Quando o texto contiver informações mínimas para a compreensão do tema abordado, quando houver falta de objetividade e clareza do texto ou quando o assunto tiver abordagem restrita em comparação com os demais licitantes.	
d)	Bom	71 a 85
	Quando o texto contiver informações completas sobre o assunto, sendo, além disso, claro e objetivo.	
e)	Excelente	86 a 100
	Quando o texto contiver informações completas sobre o tema, além de ser coerente, claro, objetivo e com excelente qualidade de apresentação.	

A nota final do Quesito C será a somatória das notas de cada subcritério.

3. ORGANIZAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

A proposta técnica deverá estar organizada, obrigatoriamente, conforme a estrutura mínima abaixo descrita, sem prejuízo da inserção de outros itens considerados importantes pela proponente. A avaliação da proposta técnica estará condicionada ao atendimento desta estrutura.

Os documentos devem ser entregues com perfuração para encadernação em Pasta Z. Os furos devem estar na margem esquerda, com 80 mm entre si e equidistante as margens superior e inferior. A orientação da página deve ser no formato retrato. Enfatizamos que todos os documentos precisam ser numerados e assinados.

Quesito	Conteúdo
A	Experiência da Empresa Proponente
	Atestados de comprovação da experiência específica da proponente.
B	Experiência da Equipe Técnica Permanente
B₁	Coordenador geral do projeto

	Declaração de concordância com a indicação
	Atestados
	Diploma
	Especialista em Hidrologia – Profissional Pleno
B₂	Declaração de concordância com a indicação
	Atestados
	Diploma
C	Conhecimento do Problema/Metodologia/Plano de Trabalho
C.1	Metodologia
C.2	Plano de Trabalho

4. NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA

A nota da proposta técnica será calculada a partir do somatório dos Quesitos A, B e C obtida pela proponente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$NPT = \frac{PT_A}{PT_0} \times 10$$

Onde:

NPT = Nota final da Proposta Técnica

PTA = Pontuação Técnica total avaliada

PT0 = Maior Pontuação Técnica total obtida dentre as proponentes

5. CHECKLIST DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA E DOS PROFISSIONAIS

FASE DO ATO CONVOCATÓRIO			
EMPRESA			
EMPRESA	QUESITO A – DOCUMENTOS (30 pontos)	Pontos	Pontuação Alcançada
	Primeiro atestado - 1 (um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública comprovando atuação da empresa em atividades técnicas de elaboração de estudos hidrológicos relacionados ao levantamento e análise de demandas hídricas em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado.	10	
	Segundo atestado - 1 (um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública comprovando atuação da empresa em atividades técnicas de elaboração de estudos hidrológicos de balanço hídrico quantitativo e qualitativo em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado.	10	
	Terceiro atestado - 1 (um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública comprovando atuação da empresa em atividades técnicas de elaboração de estudos sobre o impacto das mudanças climáticas e seus efeitos sobre as demandas e balanços hídricos ou estudos que contemplem, em seu conteúdo, análise completa sobre mudanças climáticas e seus efeitos objetivos sobre as demandas e balanços hídricos. Limitado a 1 (um) atestado.	10	
EQUIPE TÉCNICA - EQUIPE TÉCNICA PERMANENTE			
COORDENADOR	QUESITO B.1 – DOCUMENTOS (10 pontos)	Pontos	Pontuação Alcançada
	Cópia autenticada do Diploma de Graduação , frente e verso, devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação na área de engenharia civil, engenharia ambiental, engenharia hídrica ou áreas correlatas, atendendo ao tempo de formação de 10 (dez) anos.	não pontua (apenas entregar doc.)	
	Primeiro atestado - 1 (um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública, em nome do profissional, cuja descrição faça menção expressa à elaboração de estudos hidrológicos relacionados ao levantamento e análise de demandas hídricas em bacias hidrográficas, sendo que o profissional seja identificado como coordenador do projeto , o atestado deverá ser acompanhado das Certidões de Acervo Técnico (CATs) , emitida pelo Conselho de Classe Profissional, limitando-se a um. Limitado a 1 (um) atestado.	5	
	Primeiro atestado - 1 (um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública, em nome do profissional, cuja descrição faça menção expressa de estudos hidrológicos de balanço hídrico quantitativo e qualitativo em bacias hidrográficas, sendo que o profissional seja identificado como coordenador do projeto , o atestado deverá ser acompanhado das Certidões de Acervo Técnico (CATs) , emitida pelo Conselho de Classe Profissional, limitando-se a um. Limitado a 1 (um) atestado.	5	
	Declaração do profissional com a ciência e de conhecimento do Termo de Referência.	não pontua (apenas entregar doc.)	

ESPECIALISTA EM HIDROLOGIA	QUESITO B.2 – DOCUMENTOS (10 pontos)	Pontos	Pontuação Alcançada
	Cópia autenticada do Diploma de Graduação , frente e verso, devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação na área de engenharia civil, engenharia ambiental, engenharia hídrica ou áreas correlatas, atendendo ao tempo de formação de 10 (dez) anos .	não pontua (apenas entregar doc.)	
	Primeiro atestado - 1 (um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública, em nome do profissional, cuja descrição faça menção expressa à elaboração de estudos hidrológicos relacionados ao levantamento e análise de demandas hídricas em bacias hidrográficas, sendo que o profissional seja identificado como coordenador do projeto , o atestado deverá ser acompanhado das Certidões de Acervo Técnico (CATs) , emitida pelo Conselho de Classe Profissional, limitando-se a um. Limitado a 1 (um) atestado .	5	
	Primeiro atestado - 1 (um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública, em nome do profissional, cuja descrição faça menção expressa de estudos hidrológicos de balanço hídrico quantitativo e qualitativo em bacias hidrográficas, sendo que o profissional seja identificado como coordenador do projeto , o atestado deverá ser acompanhado das Certidões de Acervo Técnico (CATs) , emitida pelo Conselho de Classe Profissional, limitando-se a um. Limitado a 1 (um) atestado .	5	
	Declaração do profissional com a ciência e de conhecimento do Termo de Referência.	não pontua (apenas entregar doc.)	

FASE DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

EQUIPE TÉCNICA - EQUIPE TEMPORÁRIA

EQUIPE TÉCNICA DE CONSULTORES

ESPECIALISTA EM DEMANDAS HÍDRICAS	Cópia autenticada do Diploma de Graduação , frente e verso, devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação em engenharia civil, engenharia ambiental, engenharia hídrica ou áreas correlatas, atendendo ao tempo de formação de 5 (cinco) anos .	não pontua (apenas entregar doc.)	
	01 (Um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública, em nome do profissional, cuja descrição faça menção expressa à elaboração de estudos que contemplem o levantamento e análise de demandas hídricas em bacias hidrográficas . O atestado deverá ser acompanhado das Certidões de Acervo Técnico (CATs), emitida pelo Conselho de Classe Profissional.	não pontua (apenas entregar doc.)	
	Declaração do profissional com a ciência e de conhecimento do Termo de Referência.	não pontua (apenas entregar doc.)	
ESPECIALISTA EM GEOPROCESSAMENTO	Cópia autenticada do Diploma de Graduação , frente e verso, devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação geografia ou áreas correlatas, atendendo ao tempo de formação de 2 (dois) anos .	não pontua (apenas entregar doc.)	
	01 (Um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública, em nome do profissional, cuja descrição faça menção à utilização de sistemas de informações geográficas/geoprocessamento em estudos relacionados aos recursos hídricos, manipulação de bases hidrográficas e banco de dados .	não pontua (apenas entregar doc.)	
	Declaração do profissional com a ciência e de conhecimento do Termo de Referência.	não pontua (apenas entregar doc.)	
ESPECIALISTA EM MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ARTICULAÇÃO	Cópia autenticada do Diploma de Graduação , frente e verso, devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação em serviço social, comunicação social ou áreas correlatas, atendendo ao tempo de formação de 5 (cinco) anos .	não pontua (apenas entregar doc.)	
	01 (Um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública, em nome do profissional, cuja descrição faça menção expressa ao planejamento participativo e moderação de grupos em reuniões e eventos participativos .	não pontua (apenas entregar doc.)	
	Declaração do profissional com a ciência e de conhecimento do Termo de Referência.	não pontua (apenas entregar doc.)	
ESPECIALISTA EM QUALIDADE DA ÁGUA	Cópia autenticada do Diploma de Graduação , frente e verso, devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação em engenharia civil, engenharia ambiental, engenharia hídrica ou áreas correlatas, atendendo ao tempo de formação de 5 (cinco) anos .	não pontua (apenas entregar doc.)	
	01 (Um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública, em nome do profissional, cuja descrição faça menção expressa à elaboração de estudos de recursos hídricos que incluam modelagem de qualidade de água . O atestado deverá ser acompanhado das Certidões de Acervo Técnico (CATs), emitida pelo Conselho de Classe Profissional.	não pontua (apenas entregar doc.)	
	Declaração do profissional com a ciência e de conhecimento do Termo de Referência.	não pontua (apenas entregar doc.)	

ESPECIALISTA EM MUDANÇAS CLIMÁTICAS	Cópia autenticada do Diploma de Graduação , frente e verso, devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação em engenharia civil, engenharia ambiental, engenharia hídrica ou áreas correlatas, atendendo ao tempo de formação de 5 (cinco) anos .	não pontua (apenas entregar doc.)	
	01 (Um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública, em nome do profissional, cuja descrição faça menção expressa à elaboração de estudos de mudanças climáticas e seus efeitos objetivos sobre a hidrologia . O atestado deverá ser acompanhado das Certidões de Acervo Técnico (CATs), emitida pelo Conselho de Classe Profissional.	não pontua (apenas entregar doc.)	
	Declaração do profissional com a ciência e de conhecimento do Termo de Referência.	não pontua (apenas entregar doc.)	
ESPECIALISTA EM ANÁLISES ECONÔMICAS E SOCIAIS	Cópia autenticada do Diploma de Graduação , frente e verso, devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação em economia, ciências econômicas, engenharias ou áreas correlatas, atendendo ao tempo de formação de 5 (cinco) anos .	não pontua (apenas entregar doc.)	
	01 (Um) Atestado de capacidade técnica (ACT) , devidamente autenticado, emitido por empresa ou órgão da administração pública, em nome do profissional, cuja descrição faça menção expressa à elaboração de estudos de análise de impacto econômico e social relacionado a estudos hidrológicos .	não pontua (apenas entregar doc.)	
	Declaração do profissional com a ciência e de conhecimento do Termo de Referência.	não pontua (apenas entregar doc.)	

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

ATO CONVOCATÓRIO Nº. XX/202X

DECLARAÇÃO

Nome da Empresa _____, CNPJ nº _____,
sediada - (endereço completo _____) DECLARA, sob as penas
da lei, que não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em
qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze
anos), (Lei nº 9.854/99 e Decreto nº 4.358/2002).

Resende/RJ, ____ de _____ de 20__.

Assinatura e Identificação do Representante Legal

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

ATO CONVOCATÓRIO Nº. XX/202X

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

_____, CNPJ
nº _____, sediada (endereço completo)

_____,
DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/participação no presente processo contratação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Resende/RJ, ____ de _____ de 20__.

Assinatura e Identificação do Representante Legal

ANEXO IV - PROPOSTA COMERCIAL

ATO CONVOCATÓRIO Nº. XX/202X

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL./FAX::

E-mail:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização do estudo de atualização do quadro de demandas hídricas e atualização dos balanços hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.


VALOR GLOBAL (R\$): _____

VALOR GLOBAL (por extenso): _____

Resende/RJ, ____ de _____ de 20__.

Assinatura e Identificação do Representante Legal

A proposta de preços deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada da planilha de preços unitários, constante no ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇO, do Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DO QUADRO DAS DEMANDAS HÍDRICAS E DOS BALANÇOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL									
Planilha Orçamentária Consolidada									
Item	Especificação	Fonte	Cód.	Custo unitário (R\$)	Un.	Quant.	Custo total (R\$)	Custo total com K (R\$)	Peso (%)
1	Equipe técnica							1.256.453,51	98,6
	<i>Permanente</i>							820.136,49	64,4
1.1	Coordenador Geral	DNT	P8061	102,16	hora	1.332,00	136.077,12	342.914,34	26,9
1.2	Especialista em Hidrologia - Profissional Pleno	DNT	P8058	73,12	hora	2.589,91	189.373,87	477.222,15	37,5
	<i>Consultores</i>							436.317,02	34,2
1.3	Especialista em Demandas Hídricas - Profissional Pleno	DNT	P8058	81,64	hora	1.307,33	106.730,69	185.711,40	14,6
1.4	Especialista em Geoprocessamento - Profissional Júnior	DNT	P8183	21,90	hora	1.011,00	22.140,90	38.525,17	3,0
1.5	Especialista em Mobilização Social e Articulação - Profissional	DNT	P8020	24,12	hora	518,00	12.494,16	21.739,84	1,7
1.6	Especialista em Qualidade da Água - Profissional Pleno	DNT	P8058	81,64	hora	493,00	40.248,52	70.032,42	5,5
1.7	Especialista em Mudanças Climáticas - Profissional Pleno	DNT	P8058	81,64	hora	666,00	54.372,24	94.607,70	7,4
1.8	Especialista em Análises Econômicas e Sociais - Profissional F	DNT	P8046	39,92	hora	370,00	14.770,40	25.700,50	2,0
2	Serviços de apoio técnico							17.418,30	1,4
	<i>Outras despesas</i>								
2.1	Veículo leve - 53 kW	DNT	E8889	245,76	dia	20,00	4.915,20	6.242,30	0,0
2.2	Diárias	AGEVAP	-	220,00	unidade	40,00	8.800,00	11.176,00	0,0
Valor total (R\$)								1.273.871,81	100,0
Os K's foram calculados através de fórmulas estabelecidas pelo Acórdão 1.787/2011. Os parâmetros utilizados foram estabelecidos pela Nota Técnica Conjunta nº 01/2012/SIP/SAF da Agência Nacional de Águas.									
Item	Custo	Alíquota							
ES	Encargos sociais	81,79%							
ESA	Encargos sociais sobre RPA	20,00%							
ARDF	Administração, risco e despesas financeiras	17,29%							
L	Lucro	8,76%							
DFL	Despesas fiscais legais - (PIS+COFINS+ISS) / (1-PIS+COFINS+ISS)	16,62%							
PIS		1,65%							
COFINS		7,60%							
ISS		5,00%							
K1	Equipe permanente	$(1+ES+ARDF)*(1+L)*(1+DFL)$ 2,52							
K2	Equipe de consultores	$(1+ESA+ARDF)*(1+L)*(1+DFL)$ 1,74							
K3	Despesas de serviços de apoio técnico	$(1+L)*(1+DFL)$ 1,27							
K4	Despesas diversas	$(1+L)*(1+DFL)$ 1,27							

Dados para Assinatura do Contrato

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome da Empresa: _____

CNPJ: _____

Representante Legal: _____

Identidade: _____ CPF: _____ Nacionalidade _____

Estado Civil: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

Nº: _____, Complemento _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____, CEP: _____

Obs.: A documentação que comprove poderes para assinatura do contrato deve ser apresentada na documentação de habilitação, bem como, em caso de obrigatoriedade de mais de um signatário deverão ser informados os dados de todos.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ATO CONVOCATÓRIO Nº. XX/202X

DECLARAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

DECLARA, sob as penas da lei ciência e concordância com todos os termos e especificações constantes deste Ato Convocatório.

Resende/RJ, ____ de _____ de 20__.

Assinatura e Identificação do Representante Legal

ANEXO VI – CARTA DE CREDENCIAMENTO
ATO CONVOCATÓRIO Nº. XX/202X

Prezados Senhores da Comissão de Julgamento:

Credenciamos o (a) Sr(a) _____
portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____,
nosso(a) bastante PROCURADOR(a) para representar a Empresa
_____ inscrita no CNPJ sob nº
_____ no ATO CONVOCATÓRIO de número XX/2020 da
AGEVAP, a quem outorgamos poderes para assinar e rubricar todos os documentos,
impugnar, receber intimações e notificações, tomar ciência de decisões, acordar,
transigir, interpor recursos ou desistir da interposição de recursos, enfim praticar todo
e qualquer ato necessário a perfeita representação ativa do outorgante em qualquer
fase do certame.

Resende/RJ, _____ de _____ de 20__.

Assinatura e Identificação do Representante Legal

Obs.: Deve ser obrigatoriamente apresentada com firma reconhecida, acompanhada de cópia simples do contrato social.



ANEXO VII

CONTRATO Nº ____/____/AGEVAP DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE _____, QUE ENTRE SI FAZEM A ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - AGEVAP E A EMPRESA _____.

A ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – AGEVAP, sediada na Rua Elza da Silva Duarte, nº 48, loja 1A, Manejo, Resende/RJ, CEP: 27.520-005, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.422.000/0001-01, neste ato representada por seu **XXXXXXXXXXXX**, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxx, portadora da cédula de identidade nº xx.xxx.xxx-x expedida pelo xxx/xx e inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxx/xx, CEP: xx.xxx-xxx, e por seu **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxx, portadora da cédula de identidade nº xx.xxx.xxx-x expedida pelo xxx/xx e inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxx/xx, CEP: xx.xxx-xxx, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada na Rua xxxxxx, nº xxx, xxx, xxx/xx, CEP: xxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxx, neste ato representado por xxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxxxxx, expedida pela xxx/xxx e inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxx, residente e domiciliado na xx xxx, nº xxx, xxx, xxx/xxxx, CEP: xxxxxxxx, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com fundamento nos Processos Administrativos nº xxx/201x/xxxx, xxx/201x/xxxx, xxx/201x/xxxx, que serão regidos pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, pela Resolução ANA nº 122/2019, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto _____, na forma de seu ANEXO I – Ato convocatório Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

- 2.1. O prazo de vigência do contrato será de __ (____) XXXXX, contados da XXXXXXXX.

- 2.1.1. O presente instrumento poderá ser aditivado, com as devidas justificativas, conforme o exposto na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

- 3.1. Dá-se a este contrato o valor total de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o corrente exercício, assim classificado:

Contrato de Gestão: XXXXXXXXXXXXX

Rubrica Orçamentária: XXXXXXXXXXXXX;

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 5.1. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços contratados desde que vencido o prazo pactuado originariamente para a prestação de serviços, e este seja superior a 12 (doze) meses, sem culpa do contratado, mediante a aplicação do IPCA, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pelo IBGE.
- 5.2. O reajuste não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, salvo na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, poderá haver a repactuação,

objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- 6.1.1** efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- 6.1.2.** fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- 6.1.3.** nomear um gestor para exercer a fiscalização do contrato, designado pelo Diretor-Presidente;
- 6.1.4.** receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Constituem obrigações da contratada:

- 7.1.1** executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 7.1.2.** prover os serviços de forma adequada em todos os níveis de trabalho;
- 7.1.3.** iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- 7.1.4.** comunicar ao gestor do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

- 7.1.5. responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- 7.1.6. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 7.1.7. fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios que por ventura se fizerem necessários à execução do objeto do contrato;
- 7.1.8. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros;
- 7.1.9. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 7.1.10. relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 7.1.11. não permitir a utilização do trabalho do menor de idade;
- 7.1.12. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.13. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar

qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no ANEXO I – Termo de Referência;

7.1.14. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso § 1º do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666, de 1993;

7.1.15. manter atualizado e disponível, mensalmente, os comprovantes de pagamento de salários e impostos do funcionários designado para a prestação dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1. O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do ANEXO I – Ato convocatório: Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

8.2. O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

8.3. Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento.

8.4. O gestor do contrato que se refere o item 6.1.3, sob pena de responsabilidade administrativa, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à

regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

- 8.5.** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.
- 8.6.** A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 9.1.** A **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total do contrato na forma prevista no ANEXO I – Termo de Referência, após a execução dos serviços, sendo cada uma delas feitas por ordem bancária ou outro meio idôneo.
- 9.2.** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para pagamento ao gestor do contrato, que verificará o cumprimento das obrigações contratuais, e iniciará os procedimentos necessários ao pagamento.
- 9.3.** O pagamento será realizado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela, após a atestação e verificação do cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**.
- 9.4.** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação do serviço com a entrega do objeto contratado, devidamente atestado pelo gestor do contrato.

- 9.5.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo anteriormente indicado ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.
- 9.6.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

- 10.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pela Resolução ANA nº 122/2019, mediante a celebração de termo aditivo.
- 10.1.1** A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 10.1.2.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO:

- 11.1.** O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas ou das demais cláusulas e condições contratuais, nos termos dos Artigos 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e pela Resolução ANA nº 122/2019, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

- 11.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.
- 11.3.** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá:
- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
 - b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado; e
 - c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

- 12.1.** A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:
- 12.1.1.** advertência;
 - 12.1.2.** multa administrativa;
 - 12.1.3.** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a AGEVAP;
 - 12.1.4.** declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a AGEVAP.
- 12.2.** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- 12.3.** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.
- 12.4.** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do Diretor Presidente da AGEVAP.
- 12.5.** A multa administrativa, prevista no item 12.1.2:
- 12.5.1.** corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
 - 12.5.2.** poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
 - 12.5.3.** não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
 - 12.5.4.** deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
 - 12.5.5.** nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 12.6.** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a AGEVAP, prevista no item 12.1.3:
- 12.6.1.** não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
 - 12.6.2.** sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- 12.7.** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a AGEVAP, prevista no item 12.1.4, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a os prejuízos causados.

- 12.8.** A reabilitação referida no item anterior poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 12.9.** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido, respeitado o limite do Art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.
- 12.10.** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.
- 12.11.** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.
- 12.12.** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- 12.13.** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nos itens 12.1.1. a 12.1.3., e no prazo de 10 (dez) dias úteis, no caso do item 12.1.4.
- 12.14.** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO:

- 13.1.** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia eventualmente prestada ou aos créditos que a contratada tenha em face da

CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente

- 13.2.** Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a contratada ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

- 14.1.** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.
- 14.2.** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.
- 14.3.** Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a **CONTRATANTE** consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO:

- 15.1.** Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

- 15.2.** É vedada a suspensão do contrato a que se refere o Art. 78, XIV, da Lei Federal nº 8.666/93, pela Resolução ANA nº 122/2019, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS:

- 16.1.** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na pela Resolução ANA nº 122/2019, e subsidiariamente, na Lei Federal nº 10.520/02, na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123/06, e na Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO:

- 17.1.** Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, até o quinto dia útil do mês subsequente a sua assinatura, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA:

- 18.1** A **CONTRATADA** deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do presente instrumento, prestar, em uma das formas previstas em lei, garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. No caso de opção por seguro garantia, o início da vigência deverá estar vinculada a emissão da ordem de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO DE ELEIÇÃO:

- 19.1.** Fica eleito o Foro da Cidade de Resende, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Resende/RJ, XX de xxxxxxxxxxxxxxxx de 202x.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

AGEVAP

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

AGEVAP

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

RG:

NOME:

CPF:

RG:



ANEXO VIII – ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA

1. INFORMAÇÕES GERAIS

As propostas técnicas apresentadas serão avaliadas de acordo com os critérios definidos neste documento.

Para julgamento das propostas técnicas, serão avaliadas e pontuadas as documentações que se encontrem incluídas nos seguintes quesitos:

Quesito A: Experiência da Empresa Proponente (0 – 30 pontos).

Quesito B: Experiência e o Conhecimento Específico da Equipe Técnica (0 – 20 pontos).

Quesito C: Conhecimento do Problema/Metodologia/Plano de Trabalho (0 - 50 pontos).

A nota da proposta técnica será dada pelo somatório dos pontos alcançados pelo proponente (Nota da Proposta Técnica = PT), em cada quesito, conforme explicitado abaixo:

$$PT = \text{Quesito A} + \text{Quesito B} + \text{Quesito C}$$

Serão desclassificadas as propostas que não alcançarem a Nota da Proposta Técnica mínima de 50 (cinquenta) pontos.

Serão desclassificadas as propostas que não alcançarem 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima do Quesito C.

Serão desclassificadas as propostas que obtiverem nota zero em algum dos Quesitos.

2. DESCRIÇÃO DOS QUESITOS

Quesito A: Experiência da Empresa Proponente

A comprovação da experiência da instituição proponente, **para fins de pontuação** da proposta técnica, dar-se-á através da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, expedidos por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual

ou Municipal, ou por empresa particular, que comprovem ter, a proponente, prestado serviços de acordo com o objeto deste Ato Convocatório.

Todos os atestados apresentados deverão estar devidamente autenticados por cartório competente. Caso contrário, os documentos serão desconsiderados.

No caso de empresas consorciadas, as experiências podem ser complementares, ou seja, serão aceitos atestados em nome das empresas integrantes do consórcio.

Só serão aceitos atestados de objetos concluídos.

Serão computados até o máximo de **30 (trinta) pontos**, isto é, serão aceitos, no máximo, **3 (três) atestados válidos**, sendo computados **10 (dez) pontos por atestado**.

Os atestados serão avaliados na ordem em que forem apresentados. **Não serão aceitos mais que 3 (três) atestados**. Os que ultrapassarem, na ordem de apresentação, não serão analisados.

Serão considerados os atestados de comprovação da Experiência da Empresa Proponente (Quesito A) que sejam nas seguintes áreas:

- I. Elaboração de estudos hidrológicos relacionados ao levantamento e análise de demandas hídricas em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado;
- II. Elaboração de estudos hidrológicos de balanço hídrico quantitativo e qualitativo em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado;
- III. Elaboração de estudos sobre o impacto das mudanças climáticas e seus efeitos sobre as demandas e balanços hídricos ou estudos que contemplem, em seu conteúdo, análise completa sobre mudanças climáticas e seus efeitos objetivos sobre as demandas e balanços hídricos. Limitado a 1 (um) atestado.

Quesito B: Experiência da Equipe Técnica

Equipe Técnica Permanente

A comprovação da experiência profissional da Equipe Técnica Permanente, para fins de pontuação da proposta técnica, dar-se-á através da análise dos Diplomas

(graduação) e Atestados de Capacidade Técnica, expedidos por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou por empresa particular, que comprovem ter, os profissionais, prestado serviços de acordo com os critérios definidos para a função pretendida e compatível ao objeto do Ato Convocatório. Os atestados deverão ser acompanhados das Certidões de Acervo Técnico (CATs), emitidas pelo Conselho de Classe Profissional.

Para todos os profissionais da Equipe Técnica Permanente deverão ser apresentadas declarações assinadas de concordância com a indicação, especificando a função pretendida.

Todos os atestados e diplomas apresentados deverão estar devidamente autenticados por cartório competente. Caso contrário, os documentos serão desconsiderados.

Caso algum dos profissionais da Equipe Técnica Permanente venha a zerar a pontuação técnica a empresa será desclassificada.

Para fins de pontuação dos profissionais serão consideradas os critérios definidos a seguir.

B. 1 Coordenador do projeto

A pontuação máxima do Coordenador do projeto é de 10 (dez) pontos.

Comprovação da experiência profissional

A comprovação da experiência profissional será feita através da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica que comprovem ter o profissional, prestado serviços compatíveis ao objeto do Ato Convocatório.

Deverá ser apresentado no mínimo um atestado, dentre os três que serão apresentados, comprovando o exercício da função de coordenação de equipes multidisciplinares.

Para fins de pontuação poderão ser apresentados no máximo 2 (dois) atestados. Serão atribuídos 5 (cinco) pontos para cada atestado, sendo o somatório total de, no máximo, 10 (dez) pontos.

Serão considerados os atestados de comprovação da Experiência do Coordenador que sejam nas seguintes áreas:

- I. Elaboração de estudos hidrológicos relacionados ao levantamento e análise de demandas hídricas em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado;
- II. Elaboração de estudos hidrológicos de balanço hídrico quantitativo e qualitativo em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado.

Os atestados serão avaliados na ordem que forem apresentados. Os que ultrapassarem, na ordem de apresentação, não serão analisados.

B. 2 Especialista em Hidrologia – Profissional Pleno

A pontuação máxima do Especialista em Hidrologia – Profissional Pleno é de 10 (dez) pontos.

Comprovação da experiência profissional

A comprovação da experiência profissional será feita através da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica que comprovem ter o profissional, prestado serviços de acordo com os critérios apresentados no Termo de Referência para a função de Especialista em Hidrologia – Profissional Pleno e compatível ao objeto do Ato Convocatório.

Para fins de pontuação poderão ser apresentados no máximo 2 (dois) atestados. Serão atribuídos 5 (cinco) pontos para cada atestado, sendo o somatório total de, no máximo, 10 (dez) pontos.

Serão considerados os atestados de comprovação da Experiência do Especialista em Hidrologia – Profissional Pleno que sejam nas seguintes áreas:

- I. Elaboração de estudos hidrológicos relacionados ao levantamento e análise de demandas hídricas em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado;
- II. Elaboração de estudos hidrológicos de balanço hídrico quantitativo e qualitativo em bacias hidrográficas. Limitado a 1 (um) atestado;

Os atestados serão avaliados na ordem que forem apresentados. Os que ultrapassarem, na ordem de apresentação, não serão analisados.

Quesito C: Metodologia/Plano de Trabalho

O conteúdo do documento referente ao Quesito C deverá estar de acordo com as indicações e recomendações existentes no Termo de Referência.

A proponente deverá descrever com objetividade a Metodologia e o Plano de Trabalho, demonstrando Conhecimento do Problema, para desenvolvimento dos serviços, de acordo com a descrição dos subcritérios e respeitando o limite máximo de páginas para cada um deles.

Na tabela a seguir é explicitada a pontuação de cada um dos subcritérios.

Quesito	Descrição do Quesito	Pontos máximos
C	Proposta Técnica	50
C.1	Metodologia	40
C.2	Plano de Trabalho	10

Cada subcritério (Metodologia e Plano de Trabalho) do documento apresentado no Quesito C será avaliado separadamente, sendo atribuídas pontuações diferenciadas para cada um, conforme explicitado a seguir.

Subcritério	Descrição do Subcritério	Pontos máximos	Limite de páginas
C.1	Metodologia	40	30
	(i) Articulação e consolidação de dados secundários:		
	Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos de organização para a etapa de articulação, bem como obtenção e consolidação de dados secundários.	3	3
	(ii) Mobilização, contatos técnicos, validação e consolidação de dados primários:		
	Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos de organização relacionadas ao processo de mobilização, realização de reuniões e contatos técnicos, bem como validação e consolidação dos dados primários.	3	2
	(iii) Quadro das demandas hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul:		
	Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos para a construção do quadro das demandas hídricas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, atual e futuro.	8	5

(iv) Balanço hídrico quantitativo e qualitativo da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul:		
Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos a serem utilizados para a concepção do balanço hídrico quantitativo e qualitativo da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.	8	5
(v) Avaliação dos impactos dos cenários de alteração das regras operativas das (UHE's) existentes na bacia:		
Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos de serem utilizados para avaliar os impactos dos cenários de alteração das regras operativas das (UHE's) existentes na bacia:	5	4
(vi) Avaliação do impacto econômico e social e do impacto das mudanças climáticas no balanço hídrico:		
Diretrizes, estratégias metodológicas e técnicas de avaliação do impacto econômico e social proveniente do déficit hídrico, bem como das mudanças climáticas no balanço hídrico.	5	5
(vii) Relatório final e banco de dados:		
Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas e modelos de organização do relatório final do estudo, bem como organização, apresentação e desenvolvimento dos bancos de dados parciais e final.	5	4
(viii) Fluxograma:		
Apresentação gráfica do fluxo e encadeamento das atividades metodológicas a serem realizadas na elaboração do EDBH.	3	2
C.2	Plano de Trabalho	
Descrição e detalhamento das atividades e seu encadeamento em relação aos produtos, cronograma físico e alocação de equipe.	6	3
Apresentação gráfica do fluxo de trabalho e encadeamento das atividades a serem realizadas na elaboração do EDBH	4	2

O limite de páginas considera o documento formatado em tamanho A4, fonte Arial 12 e espaçamento da margem esquerda de 2,5 cm. Os subcritérios serão avaliados considerando a variação de até uma página a mais ou a menos de acordo com o indicado no quadro acima, porém o número máximo de páginas (35) deverá ser respeitado. Caso a proposta ultrapasse o número máximo de páginas estabelecido, as que excederem não serão consideradas para a análise.

A avaliação e pontuação dos subcritérios serão baseadas no cumprimento do solicitado na Descrição do Subcritério e na conformidade com todo o Termo de Referência, considerando o grau de abordagem, coerência, clareza e objetividade do texto e qualidade da apresentação, que conduzirão aos conceitos e pontuações detalhadas a seguir.



	Conceito	% do item
a)	Não abordado ou indevidamente abordado	0
	Quando o texto não considerar o tema indicado ou quando o texto e as informações não corresponderem ao objeto da proposta, ou ainda, quando estes forem contraditórios.	
b)	Insuficiente	1 a 30
	Quando o texto e/ou as informações estiverem incompletos ou quando não for abordado algum aspecto do problema/objeto ou ainda quando as informações insuficientes para a completa compreensão do tema abordado	
c)	Regular	31 a 70
	Quando o texto contiver informações mínimas para a compreensão do tema abordado, quando houver falta de objetividade e clareza do texto ou quando o assunto tiver abordagem restrita em comparação com os demais licitantes.	
d)	Bom	71 a 85
	Quando o texto contiver informações completas sobre o assunto, sendo, além disso, claro e objetivo.	
e)	Excelente	86 a 100
	Quando o texto contiver informações completas sobre o tema, além de ser coerente, claro, objetivo e com excelente qualidade de apresentação.	

A nota final do Quesito C será a somatória das notas de cada subcritério.

3. ORGANIZAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

A proposta técnica deverá estar organizada, obrigatoriamente, conforme a estrutura mínima abaixo descrita, sem prejuízo da inserção de outros itens considerados importantes pela proponente. A avaliação da proposta técnica estará condicionada ao atendimento desta estrutura.

Os documentos devem ser entregues com perfuração para encadernação em Pasta Z. Os furos devem estar na margem esquerda, com 80 mm entre si e equidistante as margens superior e inferior. A orientação da página deve ser no formato retrato. Enfatizamos que todos os documentos precisam ser numerados e assinados.

Quesito	Conteúdo
A	Experiência da Empresa Proponente
	Atestados de comprovação da experiência específica da proponente.
B	Experiência da Equipe Técnica Permanente
B₁	Coordenador geral do projeto

	Declaração de concordância com a indicação
	Atestados
	Diploma
	Especialista em Hidrologia – Profissional Pleno
B₂	Declaração de concordância com a indicação
	Atestados
	Diploma
C	Conhecimento do Problema/Metodologia/Plano de Trabalho
C.1	Metodologia
C.2	Plano de Trabalho

4. NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA

A nota da proposta técnica será calculada a partir do somatório dos Quesitos A, B e C obtida pela proponente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$NPT = \frac{PT_A}{PT_0} \times 10$$

Onde:

NPT = Nota final da Proposta Técnica

PTA = Pontuação Técnica total avaliada

PT0 = Maior Pontuação Técnica total obtida dentre as proponentes

ANEXO IX – CALCULO DA PONTUAÇÃO GERAL

A classificação das propostas será de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preços, sendo declarada vencedora a proponente que obtiver a maior Nota de Classificação Final, combinando nota técnica e nota financeira, conforme a fórmula e os pesos seguintes:

Apuração de Técnica e Preço

A nota da proposta comercial (NPC) será inversamente proporcional ao menor preço apresentado, e será calculada conforme fórmula a seguir.

$$NPC = \frac{MPC}{PC} \times 10$$

Onde MPC é a menor proposta comercial apresentada pelas empresas neste Ato Convocatório e PC é a proposta comercial apresentada pela empresa em análise.

A nota final (NF) da empresa analisada terá valor máximo de 100 e será dada por:

$$NF = (6 \times NPT) + (4 \times NPC)$$

Sendo NPT a Nota da Proposta Técnica.